

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 154

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE OUTUBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Caíto Quintana e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guima- rães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos traba- lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 099/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de

Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, desti- nados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/327/2001, do senhor gover- nador do Estado, restituindo o projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, a esta Casa Legislativa. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG/324, 326, 328, 329 e 330/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os Projetos de Lei nºs:

123/2001- De autoria do deputado Divanir Braz Palma que dispõe que os créditos tributários em decor- rência da legislação do IPVA, as multas de trânsito esta- duais e taxa de estadia do Detran, lançados até 31.12.00, poderão ser parcelados em até 12 vezes, conforme espe- cifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.274. **Anote-se - Archive-se.**

399/2001 - Do Poder Executivo que, aprova cré- dito suplementar no valor de R\$11.932.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 13.275. **Anote-se - Archive-se.**

379/2001 -Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 conforme espe- cifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.277. **Anote-se - Archive-se.**

380/2001 - Do Poder Executivo que, aprova ajuste no Programa de Obras ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$1.312.780,00, conforme especifica, o qual con- vertido em lei tomou o nº 13.276. **Anote-se. Archive-se.**

246/2001 - Do Poder Executivo que, dispõe que o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adoles- cente passa a denominar-se Conselho Estadual dos Direi- tos da Criança e do Adolescente e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.278. **Anote-se. Archive-se.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa. fazer a indicação do nome do deputado Diva- nir Braz Palma, integrante da Bancada da Frente Liberal (PFL), com o objetivo de compor a CEI- Comissão Espe- cial de Investigação para apurar irregularidades na Admi- nistração das Instituições de Ensino Superior nesta Casa de Leis, em substituição do nome do deputado Nelson Tureck, que desfilou-se do PFL.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa. fazer a indicação do nome do deputado Divanir Braz Palma, integrante da Bancada da Frente Liberal (PFL), com o objetivo de compor a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito dos Desvios de Recursos, por parte dos integrantes do MST, em substituição do nome do deputado Nelson Tureck, que desfilou-se do PFL.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Questão de Ordem:**QUESTÃO DE ORDEM**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, e com fundamento no que dispõe o ar. 104 do Regimento Interno desta Casa, vem apresentar para análise e definitiva decisão dessa Presidência, a seguinte Questão de Ordem:

Relativamente à composição das Comissões Parlamentares, dispõe o Regimento Interno em seus artigos:

“Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 29 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único - As comissões permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 31 - As comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada comissão, e o número de deputados de cada partido ou Bloco parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo líder.

Art. 34 -.....

§ 2º - Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo presidente por indicação dos Líderes ou independentemente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha”.

Em face das disposições regimentais transcritas e, considerando que as mudanças partidárias ultimadas dia 04 deste mês resultaram em um novo panorama das respectivas representações, inclusive com a extinção da

representação nesta Casa dos partidos PSB, PST e PSC e, ao contrário em relação ao PPS, cuja sigla passou a contar com dois deputados a representá-la, é de se determinar a revisão da composição das comissões, de acordo com o número de deputados por partido aqui representados, obedecida a indicação dos respectivos líderes.

Se assim não entender essa presidência, no mínimo e, também em conformidade com a norma regimental, deverão ser acolhidas novas indicações dos líderes de cada partido para efeito de se resguardar o princípio da representação partidária na composição das Comissões, corrigindo-se desta forma as distorções verificadas quanto à participação de deputados que indicados para representar determinado partido em uma comissão, tenham se desligado daquele partido e passado a integrar nova sigla partidária;

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 3504**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER dispensa de 3ª Discussão e Redação final para o Projeto de Lei nº 438/2001, item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre alterações nas divisas entre os municípios de Palmital e Laranjal.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3522

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 273/2001, seja anexado ao Projeto de Lei nº 255/2001, por tratar-se do mesmo assunto (objetiva isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para confecção de 2ª via e documentos roubados ou furtados).

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3524

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 233/2001, seja anexado o Projeto de Lei nº 141/99, por tratar-se do mesmo assunto (dispõe sobre a utilização de recursos visuais destinados aos portadores de deficiência auditiva na veiculação de propaganda oficial)

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3523

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 456/2001 e 466/2001, sejam anexados ao Projeto de Lei nº 184/2001, por tratar-se do mesmo assunto (altera o artigo 1º da Lei nº 11.911, de 01.12.97, que institui o transporte gratuito a portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal no Estado do Paraná.)

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3527

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM a criação de uma Comissão Especial composta de cinco parlamentares para acompanhar os desdobramentos do acidente ecológico de derramamento da Nafta por navio da Petrobrás no Porto de Paranaguá, com audiência pública a ser realizada em data 26.10.2001 (sexta-feira próxima), a partir das 15:00 horas.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(aa) ALGACI TULIO
MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3513

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Clara Bernardi Meireles, aos 83 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3502

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Munhoz de Mello pela passagem, no próximo dia 03.11.2001, do 45º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Celso da Silva, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor José Gomes, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder

Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 03 de novembro/2001 marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de Munhoz de Mello.

Toda a população radiante de alegria irá comemorar os 45 anos do seu município, com grandes festividades.

Entretanto, o fundamental é que o trabalho que vem sendo desenvolvimento em conjunto, administração e povo, está trazendo benefícios para toda a região e com isso as soluções para os problemas que são inúmeros, vão aparecendo.

Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem a toda a população de Munhoz de Mello, pela eficiente colaboração prestada em prol do desenvolvimento cada vez maior do município e o bem-estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens ora prestadas ao município de Munhoz de Mello, pelo transcurso de sua magna data, augurando muita prosperidade aos seus diletos filhos.

REQUERIMENTO Nº 3505

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, pela passagem do Dia do Aviador, comemorado no dia 23 de outubro.

O Dia do Aviador foi instituído para homenagear os nossos bravos soldados da Força Aérea Brasileira, umas das Armas responsáveis pela nossa segurança.

Requer, ainda, que seja oficiado ao Coronel Aviador Ricardo da Silva Servan, muito digno comandante do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, na Avenida Erasto Gaertner, nº 1000, Bacacheri, 82510-901 - Curitiba-PR, os cumprimentos pela data comemorativa, bem como, estender os votos a todos os seus comandados.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3506

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato de Empregados no Comércio de Curitiba e Região Metropolitana, alusivos ao Dia do Comerciante, a ser comemorado no dia 30 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente, Ariovaldo Rocha, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 1040 - Centro - CEP 80060-100 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3507

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação dos Funcionários Públicos do Paraná - ASPP alusivos ao Dia do Funcionário Público, a ser comemorado no dia 28 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente, Brasil Paraná de Cristo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 24 de Maio, 248 - 2º andar - Centro - CEP: 80230-080.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3512

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à escola de Educação Especial São Francisco de Assis, pelos 25 anos de atividades. Funda em 02 e julho de 1.976, tem como entidade mantenedora a Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional.

No Paraná, é a única escola especializada no atendimento à pessoa portadora de necessidades educativas especiais, diagnosticada com Deficiência Mental de Nível Severo. Atualmente atende aproximadamente 80 educandos, dando oportunidade para que cada um deles se desenvolva como pessoa e cidadão, através de possibilidades experiências diversificadas, estimulando o desenvolvimento biopsicossocial, orientando-os para a integração na família e na sociedade. As atividades da escola são desenvolvidas de forma a integrar Serviço Social, Psicologia, Neurologia, Fisioterapia, Musicoterapia, Pedagogia, complementando-se com Educação Física e Arte Educação. Além dessas atividades, há o atendimento ao educando e à sua família, individual e em até no máximo seis educandos.

É reconhecida como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e possui o certificado de fins filantrópicos no CNAS - Conselho Nacional de Assistência.

Sentimo-nos orgulhosos de homenagear a Escola de Educação Especial São Francisco de Assis pelo belíssimo trabalho que vem desenvolvendo ao longo de todos esses anos, em prol de pessoas especiais de nosso Estado. Da mesma forma, sentimo-nos orgulhosos e agradecidos a todos os profissionais, voluntários e colaboradores, que

se doam incondicionalmente à escola, contribuindo sobremaneira na qualidade dos serviços prestados à nossa comunidade.

Através deste voto de louvor que se faz meritório, registramos nossos melhores cumprimentos, e, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3501

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada uma moção de aplauso à Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil - AAFBB, com sede no Rio de Janeiro-RJ e representação em Curitiba-PR, em homenagem à comemoração de seu cinquentenário, que ocorrerá em 24 de outubro de 2001.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Em 24 de outubro de 2001, a Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil - AAFBB completará 50 anos de existência, portanto, comemorará com galhardia as dia bodas de ouro.

Fundada, no Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1951, como entidade sem fins lucrativos, foi reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 129, de 23-05-1977.

A AAFBB foi idealizada para promover a confraternização da família do Banco do Brasil SA, maior empresa de crédito deste País.

Entendiam seus fundadores, que a convivência diária, a amizade, as lutas, as divergências dos colegas de Banco, durante muito tempo, não poderiam ser interrompidas em razão de aposentadorias ou desligamentos da empresa. Era preciso, portanto, fazer alguma coisa para continuar a convivência.

Foi, então, que com o espírito de promover a confraternização e a solidariedade entre as famílias dos funcionários do Banco é que nasceu a AAFBB.

Ao longo de seus 50 anos, a AAFBB, desempenhou um papel fundamental em defesa da ética e da democracia, em defesa dos funcionários, de ex-funcionários e da empresa Banco do Brasil S.A., como promotor do desenvolvimento econômico e social deste País.

O sentimento de coleguismo, de fraternidade e de solidariedade, tão arraigado entre seus associados foi e continua sendo a sua "marca". mesmo nos momentos mais difíceis da vida política nacional: nas crises político - institucionais, nos golpes de Estado, nas perseguições políticas, a AAFBB conseguiu manter o seu ideário de solidariedade entre os colegas e evitar que as divergências políticas ou disputas internas pudessem disseminar a

intranqüilidade, a animosidade e a discórdia entre seus associados.

Defensora intransigente dos direitos do cidadão, a AAFBB continua, hoje, ao completar 50 anos de vida, defendendo os direitos e seus funcionários, dos seus aposentados e pensionistas, do seu Fundo de Pensão - a PREVI, da sua Caixa de Assistência - a CASSI, de todas as entidades representativas do Banco do Brasil e do próprio Banco, maior empresa de crédito do País, para que continue público e promotor do desenvolvimento deste País.

É essa a entidade que queremos homenagear hoje, através deste Parlamento - A Assembléia Legislativa do Paraná, em reconhecimento à sua atuação permanente em defesa da solidariedade e do humanismo, que enche de orgulho toda a família do Banco do Brasil S.A.

REQUERIMENTO Nº 3511

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, usando das prerrogativas legais e regimentais, REQUER que, após ouvido Plenário, seja aprovado a presente moção de reconhecimento, júbilo e agradecimento à S. Exa. o Ministro da Saúde, doutor José Serra.

Como foi amplamente divulgado pela imprensa, de um modo geral, esteve ele em data de ontem na cidade de Quatro Barras, Região Metropolitana de Curitiba, aonde veio lançar o programa Bolsa Alimentação, sendo este o primeiro município do Paraná a ter implantado este programa.

Estivemos presente à solenidade e ficamos deveras felizes com tal lançamento.

Assim, jamais poderíamos deixar de reconhecer a deferência especial de S. Exa. o Ministro douto José Serra.

Desta maneira, nobres senhores deputados e senhor presidente requeremos que seja submetida à apreciação e votação a presente moção de reconhecimento, júbilo e agradecimento ao douto ministro doutor José Serra, encaminhando-se cópia da presente moção àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 3509

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, e o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, solicitando as seguintes informações sobre a aplicação da Lei nº 12.235, de 24 de julho de 1998.

1 - Fica aberto o crédito suplementar autorizado pela referida lei em seu artigo terceiro?

2 - Se foi aberto o crédito suplementar:

a - Qual o valor total do crédito?

b - Em que foi aplicado e qual o valor de cada aplicação?

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3500

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à diretora-presidente de Fundepar, senhora Denise Margareth Oldenburg Basgal, solicitando a liberação de verba para a construção de um muro de 2,5X200 metros no Colégio Estadual de Pinheiral de Baixo, localizado no município de Palmeira.

Atualmente o Colégio conta com 181 alunos, estando o pátio em aberto desde o início de seu funcionamento, dando margem para a entrada de estranhos, depredações e falta de segurança aos alunos e funcionários.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência a Ivonete Swiech - diretora, e a Leonel Costa, presidente da APM, do Colégio Estadual de Pinheiral de Baixo - Palmeira-PR; CEP: 84130-000.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3510

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde e para a direção do Instituto de Saúde do Estado do Paraná - ISEP, solicitando as seguintes informações sobre o Hospital Colônia Adaauto Botelho:

1 - Quais os planos futuros de funcionamento do referido hospital?

2 - Existe plano de terceirização ou privatização do Adaauto Botelho?

3 - Como está a situação funcional dos leitos do hospital?

4 - Existe em andamento transferência de paciente do Adaauto Botelho para outras instituições públicas ou privadas? Casa positivo, por quê?

5 - Está sendo cumprida a Lei Paulo Delgado com referência ao tratamento psiquiátrico no Estado do Paraná?

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3516

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, vem mui respeitosamente REQUER de V. Exa. encaminhamento de expediente à Petrobrás para que realize campanha publicitária com veiculação nacional para

valorização do litoral paranaense, destacando suas belezas naturais e potencial turístico.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Em um ano, este é o quarto grave acidente que atinge o Litoral do Paraná. Desta feita o derramamento de 392 mil litros de nafta, produto altamente tóxico e inflamável, atingiu diretamente as baías de Paranaguá e Antonina.

A sucessão de acidentes, e especialmente este, abalam a economia de toda a região. À entrada da Baía de Paranaguá, por exemplo, encontra-se a paradisíaca Ilha do Mel, internacionalmente conhecida e reconhecida como uma das mais belas paisagens brasileiras. Nela aportam turista do Brasil e do mundo todo, buscando em suas belas cenas aventura, inspiração ou sossego. Nas baías de Paranaguá e Antonina encontram-se, pela sua biodiversidade, o sustento de várias famílias que da pesca dependem. Muitos litorâneos, na maior parte pescadores carentes, tiram seu ganha-pão dessas águas.

É sintomático o dano ecológico e econômico à região. É o setor turístico que perde renda, é o pescador que perde o sustento de sua família, é a comunidade que fica mais pobre e passa necessidade. E isso se potencializa se imaginarmos que estamos iniciando a alta temporada de verão, quando a indústria do turismo e da pesca, sazonais que são, ganham maior movimento. Muitas vezes famílias se sustentam durante o resto do ano com o que auferem na temporada de verão. Estudos estimam que, a cada dia da temporada, circulam pelo litoral R\$2,5 milhões de reais.

Notícias de que a Petrobrás não deve pagar multa por danos ao meio-ambiente reforçam a tese de que a Companhia, a título de resgate da dignidade do povo do litoral, realize campanha nacional de valorização da região, destacando suas belezas naturais e potencial turístico para compensar as perdas advindas de mais este catastrófico acidente.

REQUERIMENTO Nº 3517

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUER de V. Exa. encaminhamento de expediente à Petrobrás para que adote plano de assistência social aos pescadores registrados junto às Colônias de Pescadores dos municípios de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba, tendo em vista acidente ocorrido no âmbito das baías de Paranaguá e Antonina, com derramamento de nafta, que impede o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O derramamento de 392 mil litros de nafta, produto altamente tóxico e inflamável, atingiu diretamente as baías de Paranaguá e Antonina.

Nelas encontram-se, pela sua biodiversidade, o sustento de várias famílias que da pesca dependem. Muitos litorâneos, na maior parte pescadores carentes, tiram seu ganha-pão dessas águas.

É sintomático o dano ecológico e econômico à região. É o pescador que perde o sustento de sua família, é a comunidade que fica mais pobre e passa necessidade. E isso se potencializa se imaginarmos que estamos iniciando a alta temporada de verão, quando a indústria do turismo e da pesca, sazonais que são, ganham maior movimento. Muitas vezes famílias se sustentam durante o resto do ano com o que auferem na temporada de verão. Estudos estimam que, a cada dia da temporada, circulam pelo litoral R\$2,5 milhões de reais.

Notícias de que a Petrobrás não deve pagar multa por danos ao meio-ambiente reforçam a tese de que a Companhia, a título de resgate da dignidade do povo do litoral, adote plano de assistência social para garantir aos pescadores das colônias de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba para amenizar as consequências deste catastrófico acidente.

REQUERIMENTO Nº 3518

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao senhor corregedor geral daquela Corte, solicitando informações acerca das obras do Parque da Barragem em Foz do Iguaçu, especificando os valores já gastos, o percentual de obra concluída, bem como os valores originais orçados para a conclusão da obra, bem como o calendário original.

Requer ainda informações sobre o contrato com as empresas "Itaipu Construtora de Obras Ltda", e com o Batalhão Ferroviário, assim como sobre a possibilidade de nova licitação para a mesma obra e em qual modalidade.

Requer, por fim, o envio de cópia de todo material existente no âmbito do Tribunal de Contas, objeto da obra em questão.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3514

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Dr. Polan Duszczak e nas imediações do Conjunto Camponesa - CIC. As gangues estão causando pânico nos moradores, os assaltos e ameaças são constantes por parte dos desocupados. Não há segurança no local. Os moradores pedem urgência no atendimento do presente

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3515

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo da Avenida Sete de Setembro, esquina com a Rua Lamenha Lins- Praça Osvaldo Cruz - Centro. Nesse local, reúnem-se grupos de pívetes que assaltam as pessoas que por ali passam, principalmente os funcionários do Shopping Curitiba. A requerente desta reivindicação trabalha no Shopping e já foi assaltada duas vezes. Pede urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder investigações no sistema de telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná conforme o previsto no artigo 36, § 4º e artigo 122, § 2º, inciso III, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito a que se refere o artigo 1º, será formada por 11 (onze) senhores deputados e terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias que serão contados a partir da sua instalação, podendo ser prorrogada por mais a metade do tempo conforme prevê o artigo 36, §§ 3º e 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º - A comissão de que trata a presente resolução procederá investigações sobre denúncias comprovadas de irregularidades no sistema de telefonia fixa e móvel, tais como: cobrança em excesso nos pulsos telefônicos; duplicidade das faturas telefônicas, nacionais e internacionais, eventuais ou regulares; cobrança antecipada da fatura telefônica, locação de aparelhos de forma irregular, contrariando determinações da Anatel; segurança nas caixas telefônicas propiciando a realização de escutas irregulares; quebra de sigilos telefônicos; escutas telefônicas não autorizadas pelo Banco HSBC e Telepar - Brasil Telecon e outras companhias; centrais telefônicas clandestinas e outras investigações relativas ao sistema de telefonia fixa e móvel que surgirem durante os desdobramentos das investigações.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor, após 48 horas de sua aprovação, conforme prevê o artigo 123 do

Regimento desta Casa, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(aa) HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ CARLOS ZUK, EDSON STRAPASSON, IRINEU COLOMBO, SÉRGIO SPADA, TONY GARCIA, ALGACI TÚLIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CUSTÓDIO DA SILVA, ANTONIO CARLOS BELINATI, MARCOS ISFER, FERNANDO RIBAS CARLI, ANTONIO ANIBELLI, BASÍLIO ZANUSSO, MOYSÉS LEÔNIDAS, CEZAR SILVESTRI, ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMAR TRAIANO, HERMES FONSECA, DURVAL AMARAL, DIVANIR BRAZ PALMA, ELI GHELLERE, SERAFINA CARRILHO, CHICO NOROESTE, TIAGO AMORIN NOVAES, AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, RENATO GAÚCHO, NELSON TURECK, ELIO RUSCH, NELSON GARCIA, EDNO GUIMARÃES, PASTOR EDSON PRACZYK, WALDYR PUGLIESI E 1 ILEGÍVEL.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades constitucionais, tem como princípios fundamentais, fiscalizar todas as instituições que prestam serviços à população do nosso Estado.

Considerando as investigações já procedidas por este Parlamento até o presente momento, apresentando indícios sérios de cobrança exageradas nos pulsos telefônicos, nas cobranças irregulares de ligações nacionais e internacionais; e tantas outras que se referem o artigo 3º do presente Projeto de Resolução;

Considerando que denúncias comprovadas de escutas clandestinas foram feitas sem a devida autorização judicial, expondo os usuários do sistema de telefonia a uma questão de insegurança;

Considerando que a maior empresa do sistema de telefonia do nosso Estado, está fragilizada no seu sistema de segurança da telefonia;

Considerando as denúncias de existência de centrais telefônicas clandestinas no Estado do Paraná, colocando em risco até a segurança nacional;

Considerando a necessidade de se prosseguir com as investigações para se poder elaborar um relatório seguro para as autoridades competentes e para a Promotoria de Justiça do Estado, sobre o que se foi apurado até o momento e com as investigações futuras, propõe-se o presente projeto de resolução.

Projetos de Lei:

PROJETO E LEI Nº 546/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diver-

são do Litoral do Paraná-Sinated/Litoral, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná - Sinated/Litoral, que tem realizado excelente trabalho promovendo e contribuindo com o desenvolvimento humano, cultural cívico, social, econômico e do bem-estar da comunidade, através da representação legal das categorias profissionais dos artistas e técnicos paranaense.

Defendendo também, os interesses da categoria, reivindicando junto aos órgãos públicos as melhorias julgadas necessárias a exercer suas atividades profissionais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 547/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida alínea “e” ao inciso III do art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

III - ...

e) areia para construção civil”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) CEZAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de reduzir a alíquota do ICMS da areia para construção civil, o que temos certeza, irá minorar o déficit habitacional em nosso Estado, beneficiando, principalmente, as classes mais carentes da sociedade paranaense.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 548/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida alínea “p” ao inciso II, do art. 14, da Lei nº 11.580, com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

II - ...

p) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: assentos (9401); móveis (9403); suportes elásticos para camas (9404.10) e colchões (9404.2).”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Em uma quadra de restrições econômicas quanto a experimentada presentemente pelo país, a produção e o emprego domésticos apenas se conseguem preservados mediante a adoção de instrumentos que propiciem alavancar segmentos de atividades que independam, fundamentalmente, de fontes externas de insumos, como é o caso da indústria moveleira.

Como resultado de quase seis anos de relativa estabilidade econômica, ficaram mais visíveis e transparentes alguns pontos de estrangulamento na matriz de custos de produção desse segmento industrial, muitos deles eliminados por uma série de providências internas, posto que sob seu alcance e alçada de supressão. Outros, entretanto, estão situados fora da circunscrição das empresas e, por isso, requerem a iniciativa de entidades que detenham o poder de erradicá-los.

Os custos relacionados à carga tributária dos móveis se apresentam extremamente gravosos e afastam inúmeras pessoas da possibilidade de aquisição desse tipo de bem que complementa o bem-estar e a dignidade de quem tem a possibilidade de viver sob um teto.

Daí sugere-se tratamento semelhante ao que já vem sendo adotado por outros Estados, especialmente São Paulo (Lei nº 10.532, de março de 2000) e Minas Gerais (Lei nº 13.271, de julho de 1999), que minoraram os encargos de ICMS para 12% nas operações com móveis.

Ademais, as medidas contempladas no projeto de lei têm supedâneo e rigorosa sintonia com as prescrições da Constituição Federal de 1988, que timbraram o ICMS com a cláusula de seletividade de alíquota em função do grau de essencialidade das mercadorias (art. 155, § 2º, III). E devem também ser considerados no contexto de recuperar o poder de competição, especialmente nas operações interestaduais com consumidores finais, em razão de que a alíquota interna a 12%, como proposta, equipara - também para esses negócios (art. 155, § 2º, VII, b) - a dimensão do gravame de ICMS oferecido por aqueles dois Estados mencionados. Nesse contexto, não se pode esquecer que o Brasil atravessa um período ímpar de identificação de novas oportunidades de investimento. O setor de turismo e, nele, o ramo hoteleiro (grande demandante de produtos da indústria do mobiliária) têm recebido um aporte significativo de recursos para tornar viável o seu incremento. O Paraná não pode ficar de fora

desse processo por não ter tido a capacidade de enxergar que um dos gargalos competitivos residia exatamente na gravosidade do ICMS.

De outro lado, eventuais e circunstanciais mudanças na política tributária podem instigar e ensejar valiosa contribuição para identificar novas oportunidades de expandir a renda interna do Paraná em atividades produtivas vocacionais para tal mister.

Seguramente a indústria do mobiliário paranaense vocacionada está, pois detém capacidade técnica e produtiva instaladas para agregar mais valor à matéria e aos demais insumos localmente disponíveis.

O Paraná já tem hoje base nominal de painéis de madeira (aglomerado e MDF) capaz de fornecer para a indústria moveleira 1.302.000 metros cúbicos/ano. (Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira - Relatório Setorial, julho - 2000).

O mercado de produção paranaense de painéis de madeira é o mais importante do Brasil, equivalendo a quase 60% da oferta nacional desse insumo. Entretanto, no nosso Estado fabrica apenas 13% das necessidades de consumos de móveis no Brasil, o que implica inferir sermos exportadores líquidos de matéria-prima, sabendo-se que se tem ao lado mercados (o de São Paulo e o do Rio de Janeiro) que absorvem em conjunto 51% da produção brasileira de móveis. (Fonte: Associação Brasileira de Indústria de Móveis). A propósito, idealmente tem pertinência estimular a realização ótima de produção quando ocorre proximidade espacial de fornecedores de insumos e de fabricantes de móveis, ainda mais nos dias modernos em que os tempos e movimentos de produção e de consumo se estreitam, dada a celeridade com que se transmitem os sinais de mercado entre os variados agentes econômicos.

É fácil perceber que, sob o influxo de uma política empresarial ativa (v.g. tributação menos gravosa, criação de novos desenhos, atualização de modelos e de processos fabris), o Paraná pode rapidamente se posicionar como um dos grandes supridores nacionais de móveis prontos e, assim, incorporar mais valor à matéria-prima excedente aqui mesmo encontrada, bem assim ampliar significativamente as possibilidades de emprego em um ramo industrial que, comparativamente, ainda é intensivo em mão-de-obra.

A conformação de um parque fabril dinâmico na área de móveis certamente não é utópica para um Estado, como o Paraná, que tão proficientemente engendrou mecanismos de atração de investimentos industriais. São essas inversões produtivas, a propósito, que vêm disseminando salutares efeitos-demonstração sobre outros segmentos da indústria.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto de lei que tem o propósito de iniciar um processo de consolidação e de expansão da atividade moveleira paranaense e de contribuir para a elevação do bem-estar social de sua gente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores, deputados:

Por iniciativa do ilustre deputado Antônio Anibelli, representando a Mesa Executiva desta Casa, nas pessoas do nosso presidente, Hermas Brandão, do 1º secretário, Valdir Rossoni, teve a feliz idéia, o deputado Antônio Anibelli, de trazer de retorno ao convívio nesta Casa, um dos melhores e mais qualificados governadores deste País, que é o ex-governador Paulo Cruz Pimentel filiado ele hoje no PMDB que nesta Casa conta com uma bancada significativa, combativa e acima de tudo voltada ao interesse do Paraná.

Nesta somatória, nesta filiação, quis o ilustre deputado Antônio Anibelli, que retornasse a esta Casa, que sempre foi sua, que sempre teve ele no exercício do cargo maior do Paraná, o respeito para com seus membros, para com os deputados deste parlamento, Paulo Pimentel deu uma mostra como se deve governar um Estado.

E aí está, na mostra neste nosso contato, neste almoço, oferecido pelo 2º secretário, Anibelli, o convívio fraterno, amigo e principalmente exemplar, do ex-governador Paulo Pimentel. Um homem que não só deixou a marca do seu governo com as obras construídas, mas que deixou a marca, neste Paraná, do convívio a ser oferecido entre aqueles que são responsáveis, tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelo Legislativo e o Executivo. Bastando dizer que, quando da sua saída, ao transmitir o seu cargo, Paulo Pimentel foi homenageado em frente ao Palácio da Justiça, num reconhecimento pelos homens que executam e fazem com que o Poder Judiciário esteja harmônico com os outros Poderes, teve ele a competência na desenvoltura da administração desse Paraná.

Quero, publicamente, dizer em nome do PDT, em nome dos meus companheiros e dos seus filiados que reconhecemos a maneira pela qual esta grande figura paranista fez com que muitos de nós não só o admirássemos mas também tivéssemos o privilégio, como temos, de desfrutar da sua amizade.

Quero, ao finalizar, senhor presidente, cumprimentar a Mesa Executiva, e mais de perto o deputado Antonio Anibelli, que traz ao convívio deste Parlamento um dos homens que deixou realmente saudades no Paraná e saudades nesse Parlamento do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos suspender a Sessão, por cinco minutos, para receber aqui no Plenário o nosso ex-governador Paulo Pimentel.

(**Suspensa a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão.

Vamos receber nosso eterno governador, governador de todos os paranaenses Paulo Pimentel.

Vamos conceder-lhe agora a honra de dirigir algumas palavras aos parlamentares paranaenses.

O SR. PAULO PIMENTEL

Eu não sei bem, aceito esta deferência da presidência em permitir que eu dirija a minha palavra aos deputados de todos os partidos, porque vou começar lembrando que eu sou um viciado em política.

Sou um empresário. Exerci atividades políticas, fui governador do Estado, como todos sabem, sem ter disputado nenhuma eleição anteriormente.

Saí candidato depois de ter ocupado cargo executivo, Secretário da Agricultura, tinha 36 anos de idade e me elegi.

Confesso que na época não conhecia nem bem o funcionamento do Parlamento, nem da máquina administrativa do Estado.

No dia em que eu me sentei na cadeira de governador eu me lembrei das críticas feitas ao candidato Paulo Pimentel. A principal delas: imaturo e pretencioso.

Como é que um cidadão imaturo, novo, que está a pouco tempo no Estado, (eu estava há 9 anos no Paraná), já governador do Estado? Então, como é que esse cidadão pode assumir um cargo tão pesado como este?

É evidente que na campanha, eu rebati a crítica com toda a veemência, tentando mostrar competência.

Só que no primeiro dia que eu me sentei, senhor presidente, na cadeira de governador do Estado, olhei uma pilha de 1 metro e meio na minha frente, eu não sabia bem o que continha naqueles processos todos, eu achei que os meus adversários na campanha tinham razão. Eu estava despreparado com alta função, mas 5 anos depois, eu deixei o Palácio Iguaçu carregado pelo povo, da mesma forma que entrei.

No instante que saía do Palácio, não mais governador, recebi uma extraordinária homenagem do Judiciário. Todos os desembargadores, todos os juizes, todos os procuradores de Justiça.

Senti, depois do mandato cumprido, que a vida pública é que dá compensação. Fui deputado federal duas vezes, sou hoje diretor de uma empresa de telecomunicações que todos os senhores conhecem. Pois bem. Há quem me pergunte se não era melhor eu continuar trabalhando na TV Iguaçu, nas emissoras de TV, nos jornais.

Pois eu quero dizer a vocês que não é.

Eu gosto de política. Eu gosto de servir ao público, por isso quero servir. Eu gosto de ajudar a mostrar que o político não é o que o povo imagina. Alguns mancham a imagem do político, mas não é assim, não, quase em 90% são homens sérios, homens dignos, porque, se não for assim, a reeleição se torna difícil e hoje o povo exige transparência.

Por isso, nesta oportunidade que me dá o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, meu caríssimo amigo e aos companheiros de política quero dizer-lhes

que renasci, estou renovado. Vou deixar as empresas para alguns executivos bons, competentes. Vou continuar dando as minhas pinceladas na direção das empresas, mas o que quero mesmo é ser político. Quero ser senador da República, condizente com a minha idade e a minha experiência. Na minha vida falta isso na minha ficha. São 8 anos e dá chance para fazer muita coisa.

Quero dizer que tenho uma profunda admiração por todo homem público. Ninguém imagina como é difícil eleger-se. O emprego não é durável, se não for bom perde o emprego. De quatro em quatro anos tem que ir buscar, com o trabalho, na luta árdua, voto para se reeleger. A quem nos critique. Criticam, mas não se lembram que o político é um viciado, mas é também um sofredor, um lutador para manter-se nessa linha. Essa imagem do político é preciso mudar. Há alguns que têm ciúmes dos donos do voto.

Quero dizer a todos que hoje sou um homem feliz, venho aqui abraçar todos, de todos os partidos. Em meus jornais publicamos a palavra de todos, a atuação de todos, independente do partido.

A partir dessa visita sou homem igual aos senhores deputados e igual ao presidente desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a visita do ex-governador Paulo Pimentel e gostaríamos que viesse sempre nos visitar, com a sua experiência, com a sua amizade para transmitir esse seu otimismo ao povo paranaense.

Muito obrigado.

Quero oferecer o salão nobre para o senhor dar a coletiva à imprensa.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, nosso ex-governador do Paraná, doutor Paulo Pimentel, demais cidadãos paranaenses que comparecem nesta Casa na data de hoje.

Estamos às vésperas de uma grande decisão do povo do Paraná, que na sua simplicidade, na sua grandeza, na sua consciência de cidadania e de paranismo, já há muito se definiu contrário àquilo que o Governo vem teimoso e reticamente tentando fazer e provocar: a venda da melhor e mais importante empresa do sistema elétrico nacional, a nossa Companhia Paranaense de Energia, a nossa Copel.

Inicialmente, deu entrada nesta Casa um projeto incipiente de venda da Copel. Nos anos de 95, para em 98, aperfeiçoar por parte do Governo, não apenas o projeto de venda, o projeto de transferência do controle da Copel, mas sobretudo, toda uma arquitetura, deputado Algaci Tulio, que visava não só a transferência do controle da Copel, mas, como é que se agasalhariam dentro

dessa estrutura que estava para ser vendida aos apaniguados, aos afilhados, aqueles que reticentemente, no jargão popular, vivem a “mamar nas tetas do governo”?

E uma destas “vacas leiteiras” do Governo, criada, engendrada pelo cruzamento da sagacidade de alguns, pela falta de critério ético daqueles que criam esse instrumento, e sobretudo, pela falta de fiscalização, tanto desta Casa; como do Tribunal de Contas, como da própria sociedade paranaense; aonde temos algumas empresas criadas sem o mínimo de critério legal, sem o mínimo de observância da nossa constituição, sem o mínimo de observância à própria Constituição Federal, que no seu artigo 37 trata da publicidade e da transparência.

Mas, muito mais que essa, tem ali uma decisão do Tribunal de Contas e da Inspetoria, em que traz dando uma resposta a uma consulta do deputado federal Luiz Carlos Haully, em que embasou os seguintes termos:

“Solicito ao Tribunal informações quanto a empresa Tradener Ltda, nos seguintes aspectos: se a forma de constituição da empresa não ofende a legislação em vigor; se as alterações contratuais da empresa estão enquadradas dentro do aspecto legal vigente, e se os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados entre a Copel e a Tradener também estão sendo observados na sua regularidade legal, e em relação aos municípios indicados, dentro da declaração fisco-contábil.

E aí o Tribunal, com toda firmeza diz, através da Inspetoria Geral de Controle, e assinado pela diretora responsável e pelo presidente do Tribunal, Dr. Rafael Iatauro, dizendo, liquidamente, que a Constituição veda, através do seu artigo 27, a administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e eficiência, motivação, e também o seguinte:

Inciso 18º: “Somente por lei específica, poderá ser criada autarquia e autorizada instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista, e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de atuação.”

Inciso 19º: “Depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização. E em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como as participações de qualquer uma delas, em empresas privadas.”

Ora, o artigo 24, apoiado aqui pela diretora da Inspetoria de Contas, do Tribunal de Contas, dá claro que esta Casa, teria por dever de passar aqui a aprovação da Tradener, da Braspower, de tantas outras empresas que nós não sabemos.

E aqui, vou afirmar. A Bancada do Governo autorizando a venda da Copel, autorizou a venda dessas outras empresas. Eu tenho certeza que muitas delas, e muitos dos senhores deputados, votou sem ter conhecimento de todas essas informações.

Votou sem ter conhecimento dos contratos que eram celebrados entre a Copel, a Tradener, a Braspower, a Ecoelétric e tantas outras que fazem parte desta gama de empresas criadas para surrupiar lucros indevidos da empresa pública de nosso Estado.

Eu admito que muitos dos deputados da Base do Governo não tinham essas informações e até aceito, votar sem ter essas informações, como muitos fizeram.

Mas agora, resistir às denúncias, resistir às declarações feitas na imprensa, feitas através desta tribuna, feitas através da própria população, feitas através dos sindicatos nós não podemos tolerar, porque aí, com certeza, falta com aquele princípio básico que é o princípio da responsabilidade para com o mandato.

E para dizer isso, gostaria, senhores deputados, de dizer que na data de ontem, o Fórum esteve junto com o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, e apresentou cópia de uma ação que protocolou na Justiça estadual, na Justiça federal, no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e também protocolou uma cópia na Assembleia Legislativa, solicitando do senhor presidente, providências.

E aqui vai nos seguintes termos:

“Excelentíssimo senhor deputado, presidente da Assembleia Legislativa, Hermas Brandão.

Contrato firmado entre a Tradener Ltda. e a Copel. Edital 001/2001 do Estado do Paraná, Alienação de Controle Acionário Copel.”

Na última sexta-feira, o SENG-PR protocolou requerimento junto à Procuradoria de Patrimônio Público do Estado do Paraná, junto ao Ministério Público Federal e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objetivando a instauração de todas as medidas administrativas judiciais cabíveis em face ao Ingo Hübner, Ferdinando Schauemburg, Copel, Copel Distribuidora, Copel Geradora, Tradener e o senhor Jaime Lerner pelos cumprimentos de que trata a lei, em especial um contrato firmado no dia vinte e nove de dezembro de 1998, entre a Copel e a Tradener, empresa responsável pela intermediação da venda de energia elétrica, que tem em uma das suas cláusulas o seguinte: “cláusula 6 - Pelo presente contrato, a Copel compromete-se a vender todo o seu excedente de geração e todo o seu excedente de compra para os clientes a serem definidos pela Tradener ou para a própria Tradener, a preço e venda de energia elétrica, obedecidas as especificações mínimas e condizentes ao presente contrato”.

Deputado Eli Ghellere, V. Exa. que vem de formação jurídica. É a maior aberração que nós estamos a presenciarmos! Uma empresa pública do porte e da competência da Copel firma um contrato com uma empresa particular, formada de gente da própria Copel, que se locupletou nesses anos, e ainda mais, com estas informações, sem licitação, sem nenhuma observância aos aspectos legais! Nós estamos a ver uma empresa ser enxugada na sua condição de gerar lucro, gerar divisas ao Estado do Paraná e

possibilitar um investimento menor ao contribuinte, aquele verdadeiro usuário.

E se isso não bastasse, deputado Carlos Simões, contrato de gaveta que não tem publicidade, porque na cláusula 57: capítulo da confienciabilidade. Deputado Luiz Carlos Zuk, V. Exa. que tem longos anos dedicados à vida pública, já foi prefeito, V. Exa. já viu uma cláusula de confienciabilidade em contratos públicos? Isso não é Agência Nacional de Segurança! Contrato de confienciabilidade é um contrato que não pode ser publicado, deputada Serafina, que não pode trazer ao conhecimento da sociedade. Mas nós sabemos o porquê: porque ele é vergonhoso, ele é indecente, ele não dá para dizer que é um contrato firmado entre entes de respeito dentro do Estado do Paraná! E ele diz o seguinte, no artigo 57: “as partes acordam em não divulgar o conteúdo deste contrato e de qualquer dos contratos derivados deste, tratando-se como matéria confidencial, deputado Valdir Rossoni, somente possibilitando o acesso a terceiros se devidamente expresso e expressamente autorizados pela outra parte ou em decorrência de exigência legal”.

Será que hoje, que nós estamos recebendo a visita honrosa de um ex-governador do Paraná, no período em que ele governou o Paraná por cinco anos, será que ele deixaria elaborar, firmar um contrato em que tivesse uma cláusula com a indecência da confienciabilidade? Será?

Creio que não. Creio que nenhum outro governo teve a desfaçatez de autorizar, de firmar um contrato com essas condições. Mas, não para por aí, este contrato, - deputado Marcos Isfer, terá logo em seguida um aparte - ele assegura à Tradener o mercado cativo. Será que a Copel não teria condições de comercializar a sua energia?

Será que a Copel precisaria de uma empresa para colocar os seus produtos, um produto escasso, uma empresa que mantém um fornecimento com regularidade e com firmeza, que se chama energia firme? A Copel é uma das poucas empresas que tem energia firme! Será que ela precisava buscar uma empresa do seu ramo, travestida na Logus, uma empresa que abriu em São Paulo, com um capital de 10 mil reais para produzir em 10 anos, segundo a simulação que temos aqui, um lucro de 125 milhões até 2008?

Ora! Este é um contrato que estamos vendo a Copel firmar! Isto é o lucro retirado do Estado, surrupiado, os senhores votaram isso em 1998! E se não bastasse, deputado, a energia que nós adquirimos de terceiros também tem que ser repassada pela Tradener, mesmo que quem venda seja a Copel! 2% na equação matemática, dois mais preço de venda, menos preço de referência, sobre 20 PR, dá o percentual! Isso é mais de 2% na equação, deputado Algaci Tulio, deputada Luciana Rafagnin! Não sabemos quanto vai ser, porque se for adquirida uma energia como foi agora de junho de 2001, em que a Klabin, refazendo, fazendo manutenção nos seus equipamentos, abriu mão do seu contrato firme de fornecimento e devolveu a energia à Copel. E a Copel

que vendia a ela a um preço bem menor o megawatts/hora, colocou no mercado a 682! Se observarmos só esta diferença do mês de junho, de uma empresa, gera 690 mil reais de recursos, mostra aí que a Copel foi esses anos todos uma grande arapuca.

Concedo um aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado José Maria, para ratificar tudo o que V. Exa. diz da tribuna, mas principalmente, para lamentar que recentemente nós tenhamos pedido, em requerimento, providências da Executiva desta Casa para investigar esse assunto, e infelizmente a Bancada Governista não nos deu sustentação e derrubou-o.

Acho que devemos entrar novamente, agora com requerimento de uma Comissão Especial de Investigação, antes mesmo que o leilão ocorra, porque os crimes de lesa-cofres públicos, de lesa-prática praticados através desse contrato que V. Exa. hoje denuncia, têm que ser investigados profundamente. Estão aí milhares e milhares de reais que poderiam estar nos cofres públicos e estão indo para os bolsos dos apaniguados do governo, aqueles que apenas têm interesse em lesar os cofres da Nação.

Então, tenho certeza, deputado José Maria, que podemos aprovar ainda hoje uma Comissão Especial de Investigação a respeito desse assunto, e tenho a certeza que a Bancada do Governo vai dar sustentação, que após todas as denúncias que vimos apresentado, e hoje V. Exa. o faz de uma forma muito ordenada, de uma forma muito clara, fica impossível que alguém negue o seu apoio a uma investigação como essa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O que observamos é que não só tem servido esta Casa de ouvido mocho, mas não tem rechaçado as acusações que são assacadas da tribuna da Oposição.

Como alguém em sã consciência vota e não tem condição de defender o seu voto? Como é que alguém entrega uma empresa e quando acusado de corrupção, não tem condições de fazer a defesa do seu voto e do seu patrimônio?

Ontem, lendo Carlos Heitor Cony, me veio à memória, até porque ele redigia o seu expediente da praça do Rio de Janeiro. Lembrei-me que no dia 31, o Dia das Bruxas, comemorado mundialmente, estaremos vendendo ou estará o governo buscando a venda da Copel, na praça do Rio de Janeiro, muito longe dos olhos do povo do Paraná.

E ele dizia o seguinte: o irmão de Ali Babá tem uma faceta interessante, mas para não ler todo o texto, que não é esse o objetivo, é que a caverna de Ali Babá tinha uma senha: “Abra-te, Sésamo! Fecha-te, Sésamo!”

A senha desse governo, para tampar o buraco e o rastro de corrupção, que aqui se delineia, é: Venda-se a Copel! Entregue-se a Copel! Esta é a verdadeira senha! Deputado Algaci Tulio, é incompreensível alguém, no

momento em que estamos vivendo, de dificuldade, de recursos escassos do mercado internacional, porque o mercado nacional não tem condições de vir a adquirir uma empresa, como esta, mesmo associando, se associar, se mantivesse na disputa, vai ser mais lá na frente, para pegar uma fatia da empresa, mas, individualmente, não tem condições. Não temos poupança suficiente, para dar dois, dois e meio bilhões de dólares! Aí, vem essa obstinação desenfreada de vender a empresa. Fecha-se a Copel! Venda-se a Copel!

Esses rastros, essas identificações de corrupção, de malversação, beneficiamento, enriquecimento ilícito, tudo vai por água abaixo! E vai mais, porque no contrato inicial firmado em dezembro de 98, eram 0,2% e uma multa de dez milhões.

A empresa tinha dez mil reais de capital, deputado Luiz Carlos Zuk!

A Tradener tinha dez mil reais de capital e estabeleceram uma multa, pelo rompimento do contrato de dez milhões de reais, para, em um aditivo de contrato, passar para vinte milhões de reais! Mostra que, o que foi feito aqui, foi justamente para legalizar amanhã o rompimento do contrato e ter a fonte segura da devolução do dinheiro, para aqueles que se associaram nesta grande maracutaia, que foi a Tradener.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado José Maria Ferreira, na última sexta-feira, quando nos reunimos no Sindicato dos Engenheiros para anunciar a liminar conseguida, naquele momento, os nossos advogados mostravam exatamente o que V. Exa. está falando: os aditamentos feitos aos contratos de comercialização da Tradener, foram nada mais, nada menos, do que quatro, em cima do capital inicial de dez mil reais e as multas, que também foram aumentadas, à medida em que havia o aumento do capital social, dessa empresa.

Evidentemente, que esta ação que está na Justiça - tenho certeza -, vai explodir em um escândalo que vai envolver muita gente, muitas pessoas, porque se materializa o entendimento entre elas, muitas inclusive ligadas à própria Copel e que no nosso entendimento não poderiam estar, evidentemente, fazendo parte da diretoria dessa empresa.

Ontem à noite, deputado José Maria Ferreira, eu acompanhava, já quase no início da madrugada, um debate na TV Senado, quando o senador paranaense, Álvaro Dias, fazia o seu pronunciamento e falava também que já estava tomando algumas medidas jurídicas em cima da tentativa de evitar a privatização, leilão do dia 31, e eu, depois, acompanhava um aparte do senador Iris Rezende, que tem lá em Goiás também a mesma situação da nossa Copel aqui.

Ele falava que essas empresas multinacionais não constróem usinas; vêm, compram o que já está pronto e na verdade depois se tornam essa empresas privatizadas,

elas não têm alma, não têm pátria, e o deus delas, na verdade é o lucro, e é o que está aí.

Hoje pela manhã, e depois eu vou comentar este assunto no horário da Liderança do PSDB, nós presenciamos, do exemplo da pressa, do exemplo do trabalho mal feito quando se fala em privatização, em cima da questão da telefonia, os absurdos que hoje pela manhã constatamos na CPI da Telefonia, em cima da privatização, na questão da telefonia, e, parece-me já, eu não quero aqui me antecipar, mas daqui a pouco o presidente da CPI vai falar, deputado Tony Garcia, parece-me que mais uma vez este Poder perde o seu poder, quando outro Poder interfere neste; parece que mais uma vez deve ter aí, segundo as informações, suspenso outra vez a CPI nº 1 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então a questão de privatização, deputado José Maria Ferreira, tenho aqui em mãos, do Carlos Chagas, só para se ter uma idéia do risco das privatizações. Ele fala em crimes de lesa-pátria, e faz aqui toda uma matéria e diz assim: "estamos num setor estratégico como é o da energia, curvando-nos às exigências externas, e olha o detalhe, se as multinacionais quiserem, apagam o Brasil em 15 minutos; nem se fala do aço, do subsolo, das telecomunicações, da navegação e cabotagem e de tantas outras atividades que entregamos a estrangeiros, sob o pretexto de que não teríamos como continuar investindo no setor. Na verdade é isso. Se as multinacionais quiserem, dão um apagão geral neste País em 15 minutos."

Por isso quero me somar ao seu pronunciamento, lamentando profundamente que uma juíza, que levou dias, quem sabe até semanas estudando a ação movida pelo deputado Irineu Colombo, pelo vereador André Passos, e pelo pessoal do fórum contra a venda da Copel, tivesse trabalhando ativamente, analisando, estando aqui presente no Estado do Paraná, sentindo que 93%, da população é contra a venda da Copel, que todo aquele trabalho de análise da juíza fosse jogado por terra, em questão de 2, 3, 4, 5 horas, quando o juiz substituto do Tribunal cassa esta liminar!

É lamentável que tenhamos que enfrentar este tipo de situação do Poder Judiciário, parte dele, não no todo, não acompanha com o vivo interesse como acompanhou a juíza Evelise, e de repente teve a sua liminar, o seu parecer praticamente anulado por uma divisão do juiz substituto do Tribunal Regional lá em Porto Alegre, que nem está sentido aqui o calor da disputa, quer dizer, temos aqui um Atletiba e lá em Porto Alegre alguém está analisando quem é melhor, o Coritiba ou o Atlético, quer dizer, esta é a situação, comparação de que o povo não quer vender a Copel e o governo quer vender. Discute-se é que nós analistas locais temos uma opinião, onde o povo fala, 93% é contra a venda da Copel e lá em Porto Alegre se decide o seu futuro, confirmando o leilão para o dia 31.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a V. Exa. 2 minutos para terminar o seu pronunciamento.

Consulto se V. Exa. quer usar a Liderança do seu Partido, PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Consulto o deputado Luiz Carlos Zuk se me concede o Horário do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. fala no Horário da Liderança do PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria Ferreira, ouvi atentamente o seu pronunciamento e, também o do ex-governador Paulo Pimentel, quando falava da imagem dos políticos. Acho que numa atitude de bondade, ele dizia que 90% dos políticos eram sérios e bem-intencionados.

Quero dizer que concordo com ele, que na grande maioria das vezes os políticos são injustiçados, mas, o que vem ocorrendo em relação a esse assunto tão debatido na Assembléia Legislativa, com relação à Copel, o governo do Estado perdeu totalmente o respeito para com os deputados estaduais.

Alguns dias atrás junto com o deputado Marcos Isfer, meu colega de Bancada, apresentamos um requerimento solicitando informações sobre a Tradener, exatamente, essa empresa a que V. Exa. se refere, que na minha avaliação é o maior escândalo dos últimos anos já feito numa empresa pública, no Estado do Paraná.

Pasme, deputado José Maria, o vice-líder do Governo nos passava algumas informações, até dizendo que em cima dessas informações poderíamos retirar o nosso requerimento. As informações não têm assinatura.

Mas, o que fiquei impressionado e vendo aqui no fax, - quem mandou o fax para o presidente da Copel é o advogado Luiz Alberto Blanche, ex-funcionário da Copel e que hoje, por coincidência, é advogado da Tradener.

E ele não assinou essas informações. O desrespeito é tão grande que ele cita a Constituição Federal, que diz o seguinte:

“Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas, em cada caso”.

No meio, ele diz que existe uma lei de 97, que autoriza a participação da Copel em qualquer outra empresa, mas ele cita em cada caso.

Ou ele pensa que todos nós somos ignorantes?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Ou ele o é!

O Sr. Cezar Silvestri

Ou ele o é, ou é uma pessoa de má-fé, porque cita a própria Constituição e, nós estamos alegando isso há

muito tempo! V. Exa. deve lembrar, quando nós nos pronunciamos, que não só a Tradener a grande maioria, para não exagerar se não me engano, só a Compagás, que tem uma autorização específica legislativa para a participação da Copel nessa sociedade. Todas as outras foram criadas de forma irregular.

Acho que aí cabe uma ação, inclusive para impugnar o leilão da Copel.

Se todas as empresas que a Copel tem participação acionária estão de forma irregular, no leilão essas empresas estão participando!

Quer dizer, legalmente elas não poderiam ser constituídas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Elas compõem o patrimônio da Copel.

O Sr. Cezar Silvestri

Acho que só aí já caberia uma ação para anular o leilão.

Agora, eu fiquei impressionado foi com o desrespeito que esse advogado tem, e que a própria direção tem com os deputados, mandar uma informação dessa e não assinar, ou seja, até brincando com todos os deputados estaduais.

Acho que nisso nós temos a nossa parte de culpa, porque normalmente não nos impomos.

Estou hoje, junto com o deputado Marcos Isfer, coletando assinaturas para a criação de uma CPI para investigar esse verdadeiro escândalo, que é essa empresa chamada Tradener. Nós e todas as pessoas que querem ser respeitadas, no Estado do Paraná, não poderão deixar de assinar essa CPI!

Uma empresa que foi criada, como V. Exa. disse, nós também temos afirmado há muito tempo, uma empresa que foi criada a 2 anos e meio atrás, com o capital social de 10 mil reais, e que hoje, somente a multa para que haja o cancelamento de um contrato, essa empresa ganhará 20 milhões de reais! Já prevendo que, se for privatizada, que a empresa que venha a ganhar a licitação, ou que se habilite no leilão e ganhe esse leilão.

Essa empresa, na iniciativa privada, eles não fazem papel de trouxa. Eles não vão querer pagar 2% de comissão sobre todas as transações que a Copel fizer na compra e na venda de energia, porque vender energia hoje é mais fácil do que vender ouro por 1/5 do preço. Todo o mundo quer energia. Nós estamos vivendo racionamento em todo o País e em todo o mundo. Agora, precisa de uma empresa intermediária para vender energia? E o que é pior, para comprar energia também ganha-se 2%! Lógico que a empresa que vier a ganhar essa licitação, vai cancelar o contrato. Já prevendo isso, coloca uma multa de 20 milhões de reais, uma empresa que foi constituída há dois anos atrás por dez mil reais!

Não podemos ficar calados!

O nosso papel de fiscalização é importantíssimo. Um dos papéis mais importantes do Legislativo, além de

legislar, é o de fiscalizar o Executivo e fiscalizar essa quadrilha que foi criada com pessoas ligadas à direção da Copel e junto ao Governo do Estado.

Temos esse dever e esse papel, e eu acredito que todos aqueles que querem ser respeitados pela opinião pública, deverão assinar essa CPI junto conosco, ainda na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu pediria a V. Exa. que me tolerasse na tribuna até eu ler o contrato.

“Artigo 42 - A Copel terá um direito prioritário de compra da energia proveniente das suas parcerias pelas mesmas condições globais, possíveis de obtenção, junto ao mercado”.

O que não elimina a necessidade do pagamento à Copel e à Tradener por parte das parcerias.

“Mesmo a energia adquirida de parceria e não vendida pela Tradener e vendida pela Copel, a Tradener tem 2% mais aquela equação de PV-PR e 20 sobre PR.”

Então se nós observarmos, é uma verdadeira maracutaia, uma quadrilha que montaram na Copel!

A Cláusula 42 diz o seguinte:

“O exercício do direito à preferência da Copel deverá ocorrer de forma a não afetar negócios realizados, em fase final de negociações”.

Ele afirma que os contratos que vierem a ser adquiridos por compra de energia pela Copel, também têm que ser firmados com a Tradener. É o caso da energia da Argentina.

O que consta da planilha que tenho, foi calculada considerando apenas os seguintes montantes de energia: 8.76 gw por hora importados da Argentina e revendidos para o Sudoeste. 1.72 gw ou 3752 megawatts em energia excedente, vendido para as indústrias de São Paulo e 70% dos 16.9 gw/hora que deverão ser vendidos com fins dos contratos, gerarão um lucro de cento e vinte e cinco milhões.

Não é esta, deputado Cezar Silvestri, a maior corrupção deste governo, mas é a mais deslavada, é a mais descarada.

A maior ainda continua sendo do Banestado, em termos de empresa individual, mas é a mais deslavada, se observarmos o que resulta os contratos da venda de energia, à Tradener.

Em 1999 a Copel firmou os contratos bilaterais para fornecer energia, por alguns anos às indústrias Volkswagen, Carbo, Cloro, bem como às concessionárias de distribuição Santa Cruz e Electro. Todas situadas na região Sudeste, e para OPP em Triunfo no Rio Grande do Sul.

Esses contratos totalizaram aproximadamente 200 megawatts/hora e eram atendidos com a cota de energia

que a Copel é obrigada a adquirir da Itaipu Binacional que na época era de 500 megawatts, restando portanto 300 megawatts, que deve ser usada para atender a região sul.

Como reza o contrato firmado entre a Tradener e a Copel, a comercializadora dos senhores Ramos, D'Ávila e Gulin, recebe mensalmente 2% do valor desta operação, ou seja, 150 mil reais se considerado, deputado Irineu Colombo, uma tarifa de 50 reais megawatts/hora, cujo valor exato não se pode saber, porque o contrato tem cláusula de silêncio, firmado entre a empresa pública e sua subsidiária. Ocorre que é uma resolução da Aneel!

E aí hoje, pegando os jornais, vejo que o governador Jaime Lerner diz que não pode publicar as empresas pré-qualificadas, porque tem que remeter à Aneel. E ele, na ação de ontem, justificou que precisa vender a Copel, porque senão teremos graves prejuízos na educação, na segurança do nosso Estado. Teremos prejuízos irreparáveis na infra-estrutura do Paraná! Assim disse o senhor governador, Dr. Jaime Lerner.

Entretanto, ele afirma que a Copel precisa ser vendida porque está perdendo a competitividade. Com uma gangue desta dentro da Copel não há empresa que resista, não há estrutura física, jurídica, que resista a um roubo deste! E pior!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Com tudo isso, ainda deu 430 milhões de lucro!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Exato. Pior do que isto, se olharmos a Copel. Eu liguei para Aneel hoje pela manhã. E o que me disse a Aneel? Nós só temos a condição de fazer as análises se elas estão em condições de ser pré-qualificadas. Mas a publicação da empresa é de competência do seu governador. Se ele não estiver publicando, não precisa atribuir a responsabilidade à Aneel.

Francisco Gro, um privatista de primeira hora, ajudou a privatizar e a financiar quase tudo neste País, através do BNDS. Afirmou na imprensa, que não é hora de privatizar a Copel! Você olha a empresa americana e ela diz que pediu tempo, que fizesse dilação do prazo para privatização da Copel, porque agora não existe condições de adquirir a Copel. Uma empresa que tinha interesse! E o que aconteceu? O Governo se aferra à vontade de vender a Copel! Mas isso só tem um sentido: apagar o rastro! É dizer fecha-te Sézamo e quero te ver longe deste processo! É da história do Ali Babá.

Só pode ser por isso, deputado, porque não tem outra justificativa em querer vender a Copel. Todos os agentes econômicos, todos os agentes políticos, todos aqueles que entendem, que conhecem a matéria dizem: o momento é inoportuno.

Ocorre que uma resolução da Aneel quanto ao mecanismo de relocação de energia, fez reduzir o montante de energia fornecido para a Copel para 400 MW/hora e como ele já vendeu para as empresas 300, uma pergunta que vai ficar, e como as necessidades do sul, que

é a nossa região, permanecem ainda em 300 MW/hora, no ano de 2001 sobram apenas 100 MW para atender o contrato feito com a Tradener. Isso fez com que a Copel fosse obrigada a adquirir, no mercado, a curto prazo, mais 100 MW/hora a preço que chega a 684 reais e está sendo vendido para a Tradener, na outra ponta, a 50 reais.

Estima-se, e aqui tenho que confessar, tenho que fazer a relação dos números, porque o contrato é fechado, é segredo, estima-se que levando em conta os valores da região sudoeste, neste período, apresentam como resultados, prejuízos mensais de 27 milhões de reais à Copel, só nesta operação! E onde vão estes resultados? Encaminham-se para o balcão da Tradener.

E eu perguntaria e gostaria de ter a resposta do líder do Governo: quais foram para a Copel e a Tradener os resultados de operações de venda de energia, para as empresas citadas acima entre os meses de janeiro e fevereiro? Quais foram os prejuízos para a Copel? Eu dei um número, gostaria que o Governo tivesse nesta Casa um parlamentar para contradizer, estabelecemos o contraditório. Uma vez que o data room não mostra estes valores, terão eles sido computados ou ainda precisarão ser abatidos do já subavaliado estabelecido pelos avaliadores? São perguntas que nós vamos acabar tendo resposta a partir desta privatização.

Concluindo, senhor presidente, apelo que aqueles de boa-fé que direta ou indiretamente participaram ou ainda participam das atividades ilícitas ligadas à Tradener ou ao processo de privatização da Copel, que procurem o Ministério Público. Os sérios, aqueles que amanhã não poderão dizer: Ah, eu não sabia, eu fui enganado, eu não tinha acesso às informações...

Sugere-se que procurem o Ministério Público federal ou estadual. Sob o sigilo do silêncio da Justiça e não dos contratos firmados, e invocando que tiverem acesso, inclusive entregando documentos e demais provas materiais para comprovação dos crimes que tiveram conhecimento, porque não tenham dúvidas, o próximo governo será de Oposição, e não tenham dúvidas, juízo ao erário público do Paraná, especialmente no caso da Copel e da Tradener.

E aqui, senhor presidente, gostaria de deixar como lido e ofereço à Mesa, para que conste das notas taquigráficas, todo processo que deu entrada na Casa, no Ministério Público, no Tribunal de Contas e também no Ministério Público Federal, para que, desta forma, a Casa não se sinta enganada, e que possamos fazer o registro para a História, do que hoje estamos trazendo a esta Casa, se ainda quiserem os sérios continuar apoiando a venda da Copel.

Muito obrigado.

“Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deputado Hermas Brandão.

Ref.: Contrato firmado entre Tradener Ltda. e Copel.

Edital nº 001/2001 - do Estado do Paraná: Alienação do controle acionário da Copel.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge-PR, entidade sindical de primeiro grau, com sede em Curitiba, Capital, na Rua Marechal Deodoro, nº 211, 7º andar, CEP: 80.019-320, onde recebem intimações e notificações, vem respeitosamente à presença de V. Exa., para a tomada das providências cabíveis, requerendo abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito:

1. Na última sexta-feira dia 19/10/2001, o Senge-PR protocolou Requerimento junto à Promotoria de Defesa do Patrimônio neste Estado do Paraná, junto ao Ministério Público Federal e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objetivando a instauração de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis em face de

- **Ingo Henrique Hüberr**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de Identidade nº 567.172 SSP-PR e do CPF/MF 088.886.129-04, e **Ferdinando Schauenburg**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 401.401 SSP/PR e do CPF/MF 003.371.099-087, o primeiro na qualidade de diretor-presidente e o segundo na de diretor econômico-financeiro da **Companhia Paranaense de Energia - Copel**, podendo ser encontrados à Rua Coronel Dulcídio, nº 800 - Batel - CEP 80.420-170, Curitiba-PR; figurando como litisconsorte passiva necessária a própria **Companhia Paranaense de Energia - Copel**, sociedade de economia mista, concessionária do serviço público federal de energia elétrica, constituída de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 14.947/54, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, com inscrição Estadual de nº 10146326-50, sediada à Rua Coronel Dulcídio, nº 800 - Batel - CEP: 80.420-170, Curitiba-PR.

- **Tradener Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.691.745/0001-70, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 1.028, 4º andar - Centro - CEP: 80.060-010, Curitiba-PR.

- **Jaime Lerner**, brasileiro, casado, arquiteto, atual governador do Estado do Paraná, na qualidade de subscritor no Edital nº 001/2001, do Estado do Paraná, que pode ser encontrado no Palácio Iguazu, Centro Cívico, Curitiba/PR, tudo consoante a cópia acostada à presente.

DO REQUERENTE

Referida legitimidade ativa encontra-se assegurada nos Estatutos Sociais (doc. 01) da entidade, em seu artigo 1º, que se transcreve:

Art. 1º - O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge-PR - com sede e foro na cidade de Curitiba, **tem por missão** representar e defender os profissionais de todas as modalidades da engenharia, os geólogos, geógrafos e tecnólogos; **auxiliar a sociedade nas questões de engenharia** e contribuir para a democratização das instituições e para o desenvolvimento humano.

§ 1º: A base de representação profissional do Senge-PR compreende:

a) profissionais de nível universitário com registro no sistema Confea/Creas, exceto arquitetos;

b) engenheiros químicos com registro no sistema CFQ/CRQ;

c) servidores públicos - estaduais e federais, da administração direta, fundacional e autárquica - com formação profissional e registros nos sistemas Confea/Creas e CFQ/CRQ, conforme previsto nas letras anteriores.

§ 2º: A base territorial de representação do Senge-PR é constituída por todo o Estado do Paraná.

Seu histórico é devidamente registrado no artigo 71 de seu Estatuto, anexo, que passamos a transcrever.

Art. 71 - Para fins de registro da história do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge-PR - retifica-se as anotações dos Estatutos anteriores, anotando-se que:

I - O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge-PR - foi fundado, por meio de Assembléia Geral Extraordinária da categoria profissional por ele abrangida, em 06 de abril de 1935, tendo sido seus Estatutos aprovados pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio - este em nome do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil - em 12 de junho de 1935, com conseqüente emissão da Carta Sindical em 27 de junho de 1936.

II - O estatuto teve sua primeira alteração em 04 de abril de 1961, a qual foi homologada pelo Ministério do Trabalho, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de novembro de 1962.

Pela Assembléia Geral Extraordinária de 07 de março de 1975, novas alterações foram introduzidas e aprovadas pelo Processo DRT/PR nº 6.415/75.

Em 27 de outubro de 1986, por deliberação de Assembléia Geral extraordinária e de acordo com a Portaria Ministerial nº 3.150 de 30 de abril de 1986 (que desobrigou as entidades sindicais de manterem Estatuto - padrão), ocorreram novas alterações estatutárias, homologadas pela Delegacia Regional do Trabalho do Paraná, encontrando-se arquivado, desde 17 de novembro de 1986, naquele órgão sob nº 229, as folhas 16, do livro 01.

Novas alterações foram feitas, resultadas de deliberações de Assembléias Gerais Extraordinárias em: 02 de dezembro de 1989, 17 de novembro de 1990 e 29 de novembro de 1997.

III - O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge-PR - por Lei Municipal nº 4324 de 13 de setembro de 1972 e por Lei Estadual nº 6506 de 07 de dezembro de 1973, foi declarado de Utilidade Pública pelo Município de Curitiba e pelo Estado do Paraná, respectivamente.

IV - O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, Senge-PR - teve sua base territorial ampliada, com a inclusão dos Municípios de Londrina, Apucarana, Arapongas, Cambé, Cornélio Procopio, Iporã, Jataizinho e Rolândia, para fins de representação dos profissionais mencionados no artigo 1º, §1º, do presente Estatuto.

A referida ampliação foi motivada pela fusão do Sindicato dos Engenheiros de Londrina - Senge-LD - com o Sindicato dos Engenheiros no Estatuto do Paraná - Senge-PR -, contando com a aprovação das bases de representação em Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de setembro de 1999 e 02 de outubro de 1999, respectivamente.

Portanto, o Senge-PR atua há mais de 65 (sessenta e cinco) anos no Estado do Paraná na defesa dos engenheiros e da sociedade nas questões de engenharia e apenas deixa de propor - de per si - a ação civil pública, para tutela dos consumidores-utentes de energia elétrica e por infração da ordem econômica, objetivando garantir maior êxito e celeridade na efetiva prestação jurisdicional, que se espera ver obtida através deste Ministério Público.

Feita essa ressalva, é de se verificar os fatos que a este dão ensejo.

I - Dos Fatos

1 - Em março de 1998, a Agência Nacional de Energia Elétrica- Aneel, editou a Resolução nº 094/98 (doc.02) com o objetivo de regular a atuação das empresas - Agentes de Geração - nos serviços e atividades de energia elétrica, prevenindo, no seu campo material, **prováveis infrações contra a ordem econômica** - orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, **defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico** - ou seja, tudo que consta do artigo 20, da Lei nº 8.884/94.

Tanto que referida resolução estatui limites de participação de um agente econômico na capacidade instalada (artigo 3º) na energia distribuída (artigo 4º) e nas comercializações final e intermediária (artigo 5º), tudo no âmbito do setor elétrico.

Apenas para lembrar, a Companhia Paranaense de Energia enquadra-se na categoria de agente econômico, como disposto no artigo 2º, incisos I e II, do mesmo ato normativo, haja vista ser sociedade de economia mista titular de concessão federal de energia elétrica, e, pois, compulsoriamente sujeitar-se-ia aos comandos nele contidos.

2 - Entretanto, como é notório, a Copel sempre possuiu (e possui) energia excedente, bem como manifestou interesse em atuar nas mais diversas áreas do setor de energia, razão pela qual constitui, logo após a edição desse ato, precisamente em julho do mesmo ano, nova sociedade, por quotas de responsabilidade limitada, juntamente com a empresa Logos Energia Ltda, tendo por objeto social, em gênero, a comercialização de energia, em todas as formas e modalidades (cláusula 3ª do contrato anexo - doc. 03).

Para tanto, aludida estatal despendeu R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), integralizados no ato, equivalentes a 4.500 - quatro mil e quinhentas cotas (de um total de dez mil) - e, pois, tornando-se sócia minoritária.

ria com direito a uma participação de 45% (quarenta e cinco por cento) na empresa denominada Tradener Ltda.

Além disso, no mesmo pacto delegou a gerência de sua participação a Walfredo Victorino Ávila, um ex-assessor de alto escalão da referida companhia.

3 - O que até então parecia lícito, desde que a atuação da empresa não envolvesse diretamente a energia produzida pela Copel em excesso, posto que essa praxe muito bem poderia, *in concreto*, equivaler à tentativa de burla aos limites estabelecidos na referida resolução da Aneel (e equivale, como adiante se demonstrará!), deixou de sê-lo a partir de 1º de dezembro de 1998, data em que a empresa “minoritariamente controlada” pela Copel (Tradener Ltda.) restou contratada para comercialização do excedente de energia de sua propriedade ou proveniente de suas parcerias (cláusula 5ª, do contrato acostado - doc. 04), **mediante dispensa de licitação** com base no artigo 24 **E inexigibilidade de licitação**, com base no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 (conforme espúria, bizarra e ilegal informação que consta do preâmbulo do contrato).

Logo, a contratação prescindiu de licitação porque material ou juridicamente impossível e por critérios de conveniência e oportunidade, algo como dizer que alguém fez algo porque não poderia ter feito diferente e, aliás, porque assim achou melhor: um manifesto absurdo, mesmo para o mais incauto!

Somente por isso já seria de se ter como procedente a presente ação, porque manifestamente Ilegal e Imoral a contratação da firma Tradener Ltda. pela Copel, porque juridicamente impossível cumular hipótese de dispensabilidade e de inexigibilidade de licitação num mesmo contrato (a teor do que consta da Lei Federal de Licitações a proibição como contida na Resolução nº 094/98, da Aneel - Agência Reguladora especialmente criada para fiscalizar o setor de energia elétrica, garantindo o serviço adequado como preconizado na Lei nº 8.987/95 e evitando os abusos como já anunciados na Lei nº 8.884/94.

1. Todavia, a Aberração Jurídica não para por aí.

O esdrúxulo contrato foi firmado por prazo inicial de 10 (dez) anos (cláusula 9ª), e sujeita a Copel ao pagamento de taxas de intermediação (!) como constantes nas cláusulas 17 e 38, sem prejuízo da obtenção pela Tradener de um percentual de 2% (dois por cento) sobre qualquer comercialização direta efetuada pela Copel (cláusula 52). Ou seja, com ou sem sua atuação, sempre fará jus à “taxa” de intermediação.

Apenas um detalhe. Qual a justificativa (legal?) para o prazo do contrato e para as taxas como fixadas? E, pior, qual a legitimidade de um valor tido como devido sem contraprestação?

2. Mas, por certo, a criatividade odiosa, lesiva ao erário público, à moralidade administrativa e à inteligên-

cia mediana não haveria de se restringir a todo o já anotado.

O contrato estatui, em sua cláusula 46, que “as partes concordam que a Tradener não necessita apresentar garantias com relação aos procedimentos de comercialização por ela adotados, (...)” e disciplina, na cláusula 49, que “caso qualquer das Partes necessite rescindir o contrato, esta deverá notificar a outra Parte com 6 (seis) meses de antecedência, apontando os motivos e, em qualquer caso, a outra Parte fará jus **ao ressarcimento equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato** ou valor menor a se acordado entre as Partes”.

Por outra, fixa, em sua cláusula 50, para efeito do contido na cláusula 49, o valor legal do contrato em R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quem sabe aleatoriamente igual a *mil vezes* o valor da maior obrigação passível de ser adimplida pela Tradener, cujo capital restou estipulado em R\$10.000,00 (dez mil reais)... o que só é reforçado pelo teor da cláusula 46.

6. Não menos interessante é o que consta da cláusula 47, *verbis*: “A alteração estrutural de qualquer das Partes, por determinação de seus sócios **ou de caráter legal ou institucional**, não comprometerá a validade do presente contrato, devendo os devidos ajustes a eventuais novas condições serem efetuados de forma imediata e em acordo mútuo”.

Melhor dizendo: o contrato apresenta-se como juridicamente mais forte que a extinção da Copel por força de lei, que a sua “desestatização” pela alienação do controle acionário (já anunciada como pretendida desde a época) ou, até mesmo, que a decretação da caducidade ou da encampação da concessão como eventualmente implementada pelo Poder Concedente.

Portanto, como diria Kelsen, adequando sua teoria ao caso, o contrato firmado entre a Copel e a Tradener passa a figurar como norma hipotética fundamental, anterior a tudo e a todos, e instrumento idôneo para interpretação dos demais atos normativos, aí incluídos, por evidente, a Constituição da República, a Constituição deste Estado do Paraná, as Leis nº 8666/93 e nº 8987/95, dentre outras...

7. Mas não é tudo. A maior idiosincrasia consta das cláusulas 57 a 59 do pacto, que tratam da confidencialidade (!) de um contrato administrativo, para comercialização de energia elétrica (!), firmado sob a égide da Lei nº 8666/93, tal qual anunciado em seu preâmbulo.

Entretanto, que justiça seja feita... O maior problema pode nem residir na sugerida confidencialidade; difícil é entender como o contrato encontra-se passível de consulta por quem quer que seja no Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas do 4º Ofício desta Capital.

8. Apenas um lembrete: não apenas a Aneel, o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa e os adminis-

tradores deste Estado do Paraná têm direito e imediato interesse no seu conteúdo, mas todo e qualquer **cidadão-usuário de energia elétrica** o possui, pela interligação dos sistemas, mormente se considerado o direito líquido e certo à tarifa módica, elemento integrante do chamado “serviço adequado”, como estatuído no artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei nº 8987/95.

E de algo não há que se olvidar: com tratamento tão simbólico entre a Tradener e a Copel, que sugere não seja a “comissão devida” o elemento de convicção da contratação (porque vantajoso ou interessante ao interesse público), por certo a tarifa hoje implementada, ainda que mais vantajosa no cenário nacional, não há que ser tida como módica, porque a gestão da comercialização do excedente de energia, como feito, permite “sangrias” dessa ordem...

Isso sem falar na impossibilidade de a Copel se ver ressarcida em virtude dos danos eventualmente causados pela Tradener, porque disso dispensada pelo contrato, como firmado (cláusula 46), e do dever das partes em indenizar uma a outra em até R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais, consoante previsão da cláusula 49), embora a Tradener só se responsabilize juridicamente por até R\$10.000,00 (seu capital social integralizado).

9. Ocorre que, em janeiro de 2000, o contrato sofre o seu primeiro aditivo (doc. 05), repactuando e suprimindo algumas cláusulas, as quais, todavia, por não se mostrarem tão gritantes em suas ilegalidades, passarão ao largo deste breve esboço histórico.

10. O mesmo não se dá no que tange ao segundo termo aditivo (doc. 06), datado de **1º de junho de 2000**, no qual gritam (e não apenas chamam por atenção!) as cláusulas abaixo transcritas, dotadas de nova redação, em virtude de a Copel estar “em processo de estruturação para futura privatização”, o que poderia ensejar “a separação de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em empresas diferentes” - tudo consoante à justificativa apresentada em seu preâmbulo.

Ora! A cláusula 47 passa a ditar que “ocorrendo a separação das atividades da Copel em empresas distintas, as Partes, desde já, acordam que os direitos e obrigações previstos neste contrato serão separados e divididos entre as empresas resultantes do processo de cisão da Copel (...)”.

E a cláusula 49, absurdamente, amplia o “ressarcimento” pelo desfazimento do ajuste de 10% para 100% (dez por cento para cem por cento) do valor legal do contrato, ou seja, majorando a indenização de 1000% (mil por cento e, pois, equivalente, a dez vezes).

Não satisfeitos, os signatários, possivelmente preocupados em aumentar a lesão ao erário (porque ninguém aumenta cláusula contratual indenizatória, devidamente acordada, senão porque de presumida e desejável aplicabilidade!!!), ainda assim tiveram a coragem de alterar o “valor legal” anteriormente atribuído, de

R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como novo acréscimo de 100% (cem por cento).

Concluindo, então, a Copel em desfazendo o negócio poderá (!) ter de arcar com R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ao invés dos iniciais R\$1.000.000,00 (hum milhão) e à pequena controlada, Tradener Ltda., restaria ainda com sua capacidade indenizatória vinculada ao capital social integralizado, em montante ainda absurdamente inferior, **cada qual representando o conflito entre os interesses público (!) e privado (dos eventualmente beneficiados com a ilegal contratação).**

Dessa feita, não importa como colocado o problema: **a situação é de manifesta - e de plano comprovada - lesão à legalidade, à moralidade administrativa, à integridade do erário e interesses públicos** e da própria credibilidade de uma empresa estatal estadual, concessionária de serviço público federal.

11. Paralelamente a isso, a Aneel aos 19 de julho de 2000, edita nova resolução, de nº 278/2000 (doc. 07), cujo objetivo é o de expressamente revogar as resoluções de nºs 094 e 216, instituindo uma nova regulamentação para o setor, sem, entretanto, modificar substancialmente a política até então implementada.

Tanto que adota a mesma procedimentalização de controle, estatuinto limites para participação de um agente econômico na capacidade instalada (artigo 3º), energia distribuída (artigo 4º) e comercializações final e intermediária (artigo 5º), no âmbito do setor elétrico.

12. A Copel, por sua vez, ainda não satisfeita com a “beleza” formal e material do ajuste travado com empresa na qual tem participação social minoritária, passa a um novo modelo, mediante novel termo aditivo (de nº 03 - doc. 08), firmado em março de 2001, que acaba por inová-lo substancialmente, a ponto de ensejar uma sua consolidação.

Nesse contexto merece relevo a cláusula 53, com novíssima redação, que passa a tratar das multas por inadimplemento contratual, variáveis entre 10% e 100% (dez e cem por cento) do “valor legal” (sic) do contrato, calculado na proporção da vigência remanescente.

Portanto, mais esta vez fez-se implementar previsão de fraudulenta dilapidação do patrimônio da Copel, com direito reflexo no erário estadual e no patrimônio dos sócios privados, sem correspondente possibilidade jurídica de contraprestação por parte da Tradener Ltda. (pela limitação de seu capital social integralizado).

Mas o “valor legal” do contrato ainda assim encontrava-se sujeito às alterações decorrentes do violento processo inflacionário atualmente vivido pelo Brasil, razão pela qual, como se dá com todos os demais contratos firmados com a administração pública, passou o mesmo a ser reajustado mensalmente, segundo a variação do IGP-M do mês anterior (cláusula 60)...

Tudo conforme a lei, a política de combate à inflação, a ausência de proibição nesse sentido e o espírito de igualdade em face de todos os demais contratados pela Copel (sic, sic, sic!!!).

13. Imbuída do mesmo espírito, de lisura, a Copel pactuou (?) com a Tradener Ltda. - através da cláusula 76 desse mesmo termo aditivo de nº 03 - a possibilidade desta controlada firmar contratos com seus próprios sócios constituintes ou terceiros e, até mesmo, incluir em seu objeto social novas atividades de comercialização, algo que, s.m.j., deveria se fazer notar enquanto termo aditivo ao contrato de constituição da Tradener Ltda. e não de contrato por ela firmado com uma de suas constituintes...

Mas que confusão! Ou o caso é de insanidade ou de bizarro descaso para com todos aqueles que do contrário tivessem ciência.

14. Felizmente - ou não! - possivelmente em meados deste ano é chamado a se manifestar sobre o pacto o Prof. Luiz Alberto Blanchet, **ex-assessor jurídico da Presidência da Copel**, agora através de seu escritório profissional... É o que deflui da alínea “e” das justificativas esposadas que ensejam a quarta e última alteração do contrato firmado entre a Copel e a Tradener Ltda. (doc. 09).

Pena que a emenda ficou pior que o soneto...

Pelo dele contido, a própria Copel reconhece, textualmente, o equívoco do pagamento do “ressarcimento equivalente a 2% (dois por cento) da operação, referente à comissão não auferida” pela contratada-controlada em caso de comercialização feita diretamente por aquela com terceiros.

Tanto que a cláusula 1ª explica (?) não ser a exclusividade de comercialização da Tradener Ltda. absoluta e a cláusula 2ª apresenta a única hipótese em que essa seria legitimamente (?) devida.

Por outra, a cláusula 3ª só trata, ainda que implicitamente, do que já noticiado: a absurda estipulação da cláusula 76, buscando sua convalidação (?) através da assinatura deste último termo aditivo por pessoas estranhas até o momento, agora chamados intervenientes.

Veja-se que, só neste momento, surge a DGW Participações Ltda., representada por seus sócios-gerentes Donato Gulin e **Walfrido Victorino Avila** (que já figurava como diretor superintendente delegado da Tradener Ltda. no pacto original e, neste derradeiro aditivo, aparece, também, como a ela vinculado, só que na qualidade de diretor presidente).

15. Faça-se, aqui, um parêntese, por dever de lealdade: em data de ontem (apenas) obteve-se um extrato de certidão da Junta Comercial deste Estado do Paraná que informa a “atual” situação da Tradener Ltda., qual seja: possui três sócios - a Copel (com 45% do capital integralizado - R\$608.274,00) a Logos Energia Ltda. (com

27,5% do capital integralizado - R\$371.723,00) - e um capital total integralizado de R\$1.351.720,00 (pouco mais de um milhão e trezentos e cinquenta mil reais).

Entretanto, isso não parece afetar todo o anteriormente exposto acerca da procedimental ilicitude da contratação (porque **dispensada e inexigida competente licitação**), **seu caráter lesivo ao erário** (porque assujeita a Copel ao pagamento de “comissão” por serviço jamais desempenhado e por “taxas” em percentual não justificado), **sua irrazoabilidade perniciosa na estipulação de cláusulas pecuniárias e indenizatórias** (sempre desfavoráveis à Copel) **e finalmente, sua imoralidade** (pelo fato de tentar burlar ou subalternamente se adequar à regulamentação da Aneel)... **isso sem falar na sua presumida inadequação no que tange ao resultado - afasta ainda mais a pretendida tarifa módica**, elemento necessariamente integrante do “**tipo**” **serviço adequado**, como preconizado na Lei Geral de Concessões e Permissões de Serviços Públicos.

**O SUPERVENIENTE PROBLEMA DO REFERIDO
CONTRATO EM FACE DO EDITAL Nº 001/2001
DESTE ESTADO DO PARANÁ - que trata da
Alienação do Controle Acionário da Copel**

16. Todavia, vícios dessa ordem por evidente maculam qualquer gestão negocial, impondo reconhecer, por decorrência, que a Copel, lícita ou ilicitamente, encontra-se “voluntariamente obrigada” em face da Tradener Ltda. num importe de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para aquelas situações de desfazimento do ajuste (cláusula 49), sem prejuízo das “comissões pendentes” (?) e das demais dívidas eventualmente decorrentes de multas contratuais ainda não adimplidas.

Portanto, se houvesse - hoje - um interessado em “bem” conhecer sua situação econômico-financeira, para qualquer fim, **necessariamente haveria de considerar o contrato (como)feito, bem como as repercussões dele decorrentes para idônea confecção do “balanço de situação”**.

17. Ocorre que, coincidentemente, o controle acionário da Copel encontra-se sujeito à transferência para a iniciativa privada, nos moldes como descritos no Edital nº 001/2001, deste Estado do Paraná (doc. 10), como subscrito pelo Exmo. Sr. Governador deste Estado - Dr. Jaime Lerner.

Ou seja, a “própria concessão federal de serviço público de energia elétrica está sujeita à remunerada transferência, a ser promovida mediante leilão público das ações da Copel pela BVEJ - Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em data marcada para 31 de outubro próximo, tudo com implícita anuência do Poder Concedente através da Agência Reguladora (Aneel).

Para tanto eventual interesse na aquisição poderia obter as informações necessárias à formulação de sua proposta, mediante acesso às Salas de Informações e aos

Estudos Elaborados (“Data Room”), como constante do item 1.3.7. do instrumento de convocação.

Além disso, o próprio Edital “trata do atendimento à Lei” - item 1.3.10, ao versar que: “... O presente Edital atende integralmente o disposto no artigo 5º da Lei, trazendo informações com o objetivo de dar publicidade aos termos da venda do controle da Copel, dentre elas: (...) **passivo da Copel de curto e de longo prazo; situação econômico-financeira da companhia**, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios, conforme itens 6.14 e 6.15 deste Edital”.

Logo, é no item 6.14 do Edital que qualquer interessado vai encontrar o parâmetro teoricamente norteador da tomada de decisão, de adquirir ou não o controle acionário da Copel, em vista da sua “situação”.

18. No Balanço Patrimonial colacionado no edital de convocação, como não poderia deixar de ser, encontram-se várias informações úteis, tais como a porção do passivo intitulada “Exigível a Longo Prazo”, e, do seu interior, as ditas “outras contas a pagar” e “obrigações especiais”, dentre outras...

Nessa linha de raciocínio, e argumentação, é de se concluir (ou presumir, porque faltante um balanço detalhado nesse sentido) que os débitos “constituídos” em face da Tradener, pela Copel, integrariam esse quinhão, bem como todos os demais da mesma (ilícita) tipologia que (ainda) não chegaram ao conhecimento do “autor popular”, *in casu*, este próprio subscritor.

Dessa feita, pelo menos teoricamente, já se incorporou “como prejuízo” o desfazimento do liame havido entre a Copel e a controlada Tradener, e o valor mínimo de avaliação para fins de leilão, encontra-se sub-avaliado em, pelo menos, R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apenas no que concerne ao ora atacado contrato, firmado mediante **Dispensa e Inexigibilidade** de licitação; só para lembrar!!!

É de se idoneamente cogitar, então, quantos são os contratos firmados nessas condições (inconstitucionais, ilegais e imorais) e qual o prejuízo em face deles presumido para fins de estatuição das rubricas de balanço contábil alhures gizadas.

19. Apenas como reforço da “contaminação” do Edital nº 001/2001, que clama pela sua cogente e preventiva anulação, mister reconhecer que o acesso ao “Data Room”, para fins de real e efetivo conhecimento dos critérios de avaliação econômica (e jurídica) da concessão de serviço público federal outorgada à Copel, dependia do atendimento aos requisitos como constantes do Regulamento para Acesso às Salas de Informações (“Data Room”) e Realização de Visitas Técnicas e Reuniões - tantas vezes citado no edital (itens 1.3.7.; 1.3.8 etc.), **mas sem dele jamais fazer parte integrante!!!**

20. Por infortúnio, não há carreado à presente cópia do referido “regulamento”, o que não elide o conhecimento público e notório de negativa à visitação sem prévio desembolso de pouco “menos” de R\$100.000,00 (cem mil reais), como amplamente noticiado na imprensa, firmação de termo de confienciabilidade (?! - item 1.3.7 do instrumento convocatório).

Mesmo para este Senge-PR, esse é um valor absurdo, inviabilizador de qualquer idôneo controle do processo em si - e das necessárias informações para aferição da adequação do “preço mínimo” como estipulado no Edital - tudo corroborando a presumida ilicitude do comportamento dos “gestores” da Copel, **em total acinte aos primados da legalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e do próprio controle dos atos administrativos por quem efetivamente é titular do poder: o povo!**

Justamente essa mais uma razão para imediata suspensão do leilão do controle acionário da Copel, bem como do contrato por ela firmado com a Tradener Ltda., até decisão definitiva transitada em julgado, que, por certo, haverá de reconhecer como totalmente procedente a presente ação, tanto nos seus aspectos preventivo (evitando o ilegal leilão e alienação das ações como pretendido) como repressivo (suspendendo os efeitos do referido contrato, bem como ensejando a devolução dos valores pagos, porque de forma inconstitucional, ilegal e imoral, para dizer o menos).

Esses são os fatos que falam (ou gritam) por si mesmos, ensejando a pronta intervenção deste parquet para resgate do Estado de Direito.

II - Do Direito Aplicável (e não-aplicado!)

- Contrato Copel X Tradener Ltda.

21 - No que concerne ao írrito contrato, **a primeira ilegalidade - Manifesta** - é a sua “justificação” no que tange à burla ao procedimento licitatório, constitucionalmente exigido.

Até o acadêmico de direito sabe, após parcas lições de direito constitucional (e nem se está a cogitar de direito administrativo, ainda!), que todos os interessados, desde que preenchidos os requisitos para tanto, têm direito de se ver contratados pela Administração Pública se e quando da apresentação da proposta mais vantajosa, tudo em respeito aos princípios da isonomia e da indisponibilidade dos bens e interesses públicos (que em sede licitacional se apresenta como a busca pela proposta “mais vantajosa”).

Portanto, situações de contratação sem licitação são excessão à regra, tal qual gizado no inciso XXI, do artigo 37, da Constituição da República:

Art. 37 - **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)**

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. (Destques nossos).

E é a Lei nº 8.666/93 (consolidada) que rege a matéria, trazendo na cabeça dos seus artigos 24 e 25 o que segue:

Art. 24. **É dispensável a licitação:** (...)

Art. 25. **É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição,** em especial: (...)

Ora, não resta dúvida que a primeira hipótese (de dispensabilidade) versa sobre casos em que o interesse público, legalmente reconhecido, outorga competência dita “discrecionária” para que o órgão interessado no contrato avalie, mediante oportunidade e conveniência, se a licitação será feita ou não; por outra, a segunda trata do “reconhecimento legal” de que há situações nas quais a licitação, é jurídica ou materialmente impossível. Na primeira o rol é taxativo; na segunda, meramente exemplificativo - e nisso não tergiversam doutrina ou jurisprudência.

Melhor dizendo: só se dispensa o que é indispensável, ou seja, o que poderia ser feito (e poderá vir a não ser, por força de um comando permissivo); só se inexige o que não se pode fazer - daí ser exigido o não-fazer!

Concluindo, então, é inegavelmente ilegítimo ter a Copel contratado a Tradener Ltda. por ser a licitação juridicamente proibida (inexigível) e indesejável (dispensável - mediante um critério de oportunidade e/ou conveniência).

22. Raciocinando a *contrario sensu*, se a própria Copel, reconheceu a situação como de dispensabilidade (e, pois, de licitação possível!!!), mister incursionar pelo artigo 24, da Lei de Licitações, para verificar se há permissão legal para contratação como a feita.

Como o rol é taxativo, só resta reconhecer (ainda que com o juízo hipotético) que a situação seria subsumível à categoria contida no inciso XXIII, cuja redação é a seguinte:

Art. 24. **É indispensável a licitação:** (...)

XXIII - na contratação realizada por empresa pública ou **sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas**, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Destques nossos).

Com o devido respeito de quem pense em contrário, só um raciocínio espúrio, eivado de provável vício de pessoalidade, seria capaz de conduzir alguém à conclusão

de que o contrato como feito estaria por essa exceção permitido.

Ledo engano! A uma porque a Tradener Ltda. não é subsidiária da Copel, e isso ninguém discute; a duas porque a “controlada” a que se refere a lei há de ser, necessariamente, entendida como a empresa cujo capital, expresso por cotas com direito a voto, pertence em sua maioria à sociedade de economia mista.

Aliás, essa é a intelecção de **Marçal Justen Filho**¹.

28.2) Entidades controladas.

Tal como exposto a propósito do artigo 1º, o conceito de “sociedade subsidiária” não está previsto na legislação comercial brasileira. A Lei nº 6.404 dispõe sobre a subsidiária integral. De modo geral, interpreta-se “sociedade subsidiária”, como sinônimo de “sociedade controlada”. Aplicam-se os critérios da Lei das S.A. para identificar o conceito.² Sob esse ângulo, não há como diferenciar sociedade controlada e subsidiária, o que conduziria a excesso lingüístico na redação do dispositivo ora comentado.

Não se pretenda que seria subsidiária qualquer sociedade de economia mista ou empresa pública. Interpretação dessa ordem contraria até o significado vulgar da expressão “sociedade subsidiária”³. **Portanto, a participação minoritária de sociedade de economia mista ou empresa pública não caracteriza o surgimento de sociedade subsidiária nem autoriza contratação direta fundada no inc. XXIII.** (Negritos nossos)

Se assim não fosse, bastaria que a Copel titularizasse singelos 1% (hum por cento) de qualquer empresa, de qualquer área econômica, para dela adquirir bens e serviços, Sem Licitação e, pois, em manifesta burla ao próprio espírito da lei, tendente a concretizar o comando constitucional que vê, no certame concorrencial, um princípio a ser observado pela Administração Pública, direta ou indireta.

Que não se cogite, pois, de emprestar a interpretação literal para compreensão do referido dispositivo de lei, e que seja o magistério de **Paulo de Barros Carvalho**⁴, indiscutivelmente aplicado ao caso:

1.JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2001. p. 265-6.

2.Segundo o artigo 243, § 2º, da Lei das S.A.: “Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores”.

3.Confirma-se, nesse sentido, a definição do Dicionário Aurélio Eletrônico: “Verbete: subsidiária (si) [Fem, substantivado de subsidiário.] S.f.1. Empresa controlada por outra, a qual detém o total ou a maioria de suas ações”.

O desprestígio da chamada interpretação literal, como critério isolado de exegese, **é algo que dispensa meditações mais sérias, bastando argüir que, prevalecendo como método interpretativo do direito, seríamos forçados a admitir que os meramente alfabeticizados, quem sabe com o auxílio de um dicionário de tecnologia jurídica, estariam credenciados a descobrir as substâncias das ordens legisladas, explicitando as proporções do significado da lei.** O reconhecimento de tal possibilidade roubaria à Ciência do Direito todo o teor de suas conquistas, relegando o ensino universitário, ministrado nas faculdades, a um esforço estéril, sem expressão e sentido prático de existência. **Daí por que texto escrito**, na singela conjugação de seus símbolos, **não pode ser mais que a porta de entrada para o processo de apreensão da vontade da lei; jamais confundida com a intenção do legislador.** (Destacamos)

Daí o acerto do maior jurisperito a comentar a lei de licitações, o referido professor, curitibano, Titular da Universidade Federal do Paraná, Marçal Justen Filho, cuja presença em todas as bancadas de Mestrado e Doutorado promovidas por essa Instituição, na área do direito administrativo, é condição *sine qua non* da outorga de qualquer título.

Aliás esse um fato incontestado para o próprio parecerista contratado pela Copel para apontar os vícios do contrato constantes (ver aditivo nº 04), cuja titulação (como Doutor) dependeu da aprovação desse administrativo, comercialista (já que é titular dessa cadeira na UFPR) e notável tributarista.

Desse modo, ninguém melhor, pelo menos no âmbito acadêmico, que o professor Marçal Justen Filho para reconhecer o sentido, conteúdo e alcance do inciso XXIII, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e, pois afastar a possibilidade de contratação da Tradener Ltda, pela Copel, sem licitação, a esse pretexto.

Essa **a segunda ilegalidade** do contrato, como firmado.

23 - Para complicar a situação, ainda que por absurdo, se fosse de se admitir como idôneo aludido pacto, pelo menos no que concerne à dispensabilidade de licitação, outro fator deixou de ser apurado e que torna a contratação inválida, *ad ovo*.

Ocorre que mesmo as contratações feitas no regime de exceção não prescindem os rigores alusivos à comprovação (prévia) de aptidão para regular desempenho do serviço disponibilizado.

No caso, faltou - Como Ainda Falta - aptidão econômico-financeira para a Tradener Ltda. ver-se mantida na prestação de serviços de comercialização de energia excedente, especialmente porque em uma sua infração contratual, que enseje a rescisão do ajuste, não

tem como garantir a indenização que seria de se esperar.

Dito de forma simples: não pode responder pelo contrato, como firmado, especialmente no que concerne às cláusulas ressarcitórias e pecuniárias, uma empresa constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo capital social integralizado era de R\$10.000,00 (dez mil reais) e assujeitada a uma multa (inicial) de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Da mesma forma, não pode uma limitada, cujo capital alcança aproximadamente R\$1.300.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), ver-se chamada a responder, contratualmente, por até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se a intenção for pateticamente imoral e cujo fim seja o de ver a Copel, quando a alienação de seu controle acionário, obrigada a “indenizar” os sócios-constituintes da Tradener Ltda, numa evidente ação entre amigos, e que, por tão desavergonhada, provoca até mesmo o mais calmo espectador de falcatruas na administração pública.

Assim sendo, esta **terceira ilegalidade** é de dupla ordem: legal e moral.

Legal porque viola o dever de contratar com alguém dotado de habilitação jurídica, qualificação técnica, **qualificação econômica-financeira** e regularidade fiscal tal qual estatuído nos Artigos 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93; moral porque demonstra o espírito subalterno com que firmado o contrato, que sequer atina para o inafastável primado da indisponibilidade dos bens e interesses públicos.

Tanto que assim tratou do tema a referida lei:

Art. 31 - A documentação relativa à qualificação-financeira limitar-se-á a: (...)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a **exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo**, ou ainda as garantias previstas no parágrafo 1º do artigo 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º - **O capital mínimo ou valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. (Negritos nossos).

Portanto, se o “valor legal” inicialmente arbitrado ao contrato foi de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), era de, pelo menos exigir-se - à época - um capital mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)... e não singelos R\$10.000,00 (dez mil reais).

Por outra, e só como registro, hoje o “valor legal” do contrato é de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de

4.CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p.81

reais) e o capital da Tradener de R\$1.351.720,00 (hum milhão trezentos e cinquenta e um mil e setecentos e vinte reais)... em quinhão ainda menor que os dez por cento “exigidos” como cautela, por lei.

Não à-toa, pois, que a Lei nº 8.987/95 também prevê como hipótese de caducidade (retomada da concessão pelo Poder Concedente em caso de falta contratual ou ilícito legalmente estipulado) a não-verificação das condições de “habilitação” de eventuais interessados na assunção do serviço concedido, quer por transferência, quer por sucessão do controle acionário. *Literis*:

Art. 27 - A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção da anuência de que trata o “caput” deste artigo o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor. (Negritamos.)

E para que se entenda melhor o dever de preencher “requisitos de habilitação” mesmo que em situação de dispensabilidade, basta imaginar que se licitação houvesse, quem não preenchesse os requisitos (de qualificação econômica-financeira) sequer teria sua proposta levada a cotejo com os demais para demonstração de sua vantajosidade.

24 - E por falar em vantajosidade, mister lembrar que certas “comissões” foram pactuadas como contra-prestação aos serviços prestados pela Tradener Ltda, o que nos leva a crer, pelo menos, sejam compatíveis com os preços praticados no mercado.

Essa a idéia do inciso XXXIII, do artigo 24, *in fine*; por igual, é o que determina o inciso III, do parágrafo único, do artigo 26, do mesmo códex:

Art. 26 - As dispensas previstas nos parágrafos 2º e 4º do artigo 17 e nos incisos III a XXIV do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do artigo 8º, deverão ser comunicados dentro de 3 (três) dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo Único - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço. (Destacamos.)

Ora! Se há compatibilidade, presumivelmente demonstrada no processo interno de contratação (que desconhecemos), é de imaginar tenha sido coletada em

outros ajustes, o que nos leva à conclusão de que a licitação era jurídica e materialmente possível.

Desse modo, se acudir razão a Marçal Justen Filho, e a licitação mostra-se obrigatória no caso, porque possível (haja vista a pluralidade de empresas que prestam serviços dessa ordem), resta externada a **quarta ilegalidade** e a dispensa como promovida enseja grave lesão ao erário público, ao Estado de Direito, à isonomia e à moralidade administrativa.

Justamente em face de situação como essa é que assim lapidarmente se pronunciou **Celso Antonio Bandeira de Mello**, sem dúvida o maior expoente do Direito Administrativo contemporâneo - e cidadão exemplar.

Logo, toda vez que for possível demonstrar que o **ato praticado não era idôneo para atender ao interesse que a lei tinha em mira**, seja porque os supostos da lei não se encontraram reproduzidos ou suficientes retratados na realidade empírica - nada importando que tenha sido expedido com base em norma ensejadora de discricção - seja porque o **escopo de lei era diverso daquele a que o ato aportou, cabe correição judicial dele**. E cabe porque aí não se estará ajuizando sobre o que é conveniente e oportuno, mas sobre o que a lei deveras ensanchava ao administrador, ou seja, sobre legalidade propriamente dita¹.

E referida possibilidade, de demonstração do descompasso entre a ordem jurídica e a atuação da Copel, através dos seus gestores, para o caso vertente é de clareza solar.

25 - Tudo isso, por mais absurdo que seja, nem de longe se compara à **quinta ilegalidade**, até mesmo reconhecida pela Copel ao promover o quarto termo aditivo ao contrato firmado com a Tradener Ltda.

Nesse passo, após anos de contrato em curso, a Copel vem “justificar” expressões usadas no contrato original e “esclarecer” que a “comissão” apenas será devida, quando não houver intermediação de venda Tradener, na hipótese em que pudesse ter obtido melhor preço.

Sem sequer atinar a essa estapafúdia tentativa de legalizar um contrato criminoso, basta o reconhecimento como feito para não mais se cogitar de sua inicial licitude e, pior, para imaginar tanto quanto foi pago indevidamente. Portanto, a lesão ao erário é incontroversa e a moralidade da atuação administrativa não mais pode ser recomposta, **porque crime não se convalida** - essa, aliás, uma lição mezinha para os afetos à seara do direito e que conduz à imprescritibilidade de ações tendentes a reparar danos dessa ordem.

Isso é o que diz a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, parágrafo 5º:

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou

1. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *in* “Relatividade da Competência Discricionária. São Paulo: Malheiros Editores, RTDP nº 25/1999, p.19.

não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Desse modo, o único problema está em **contabilizar o furto**, qualificação que, infelizmente, não possui este cidadão, até mesmo porque não teve acesso ao Data Room, disponibiliza-do agora pelo Governo deste Estado do Paraná, em sede de alienação do controle acionário da Copel, mediante singelo pagamento de importância calculada em pouco mais de U\$35.000.00 (trinta e cinco mil dólares) - cuja estipulação em moeda americana - por si e de per si - já é de causar torpor.

Esses são, pois, os fatos que, devidamente subsumidos à ordem jurídica, clamam pela intervenção repressiva (em face do contrato) e preventiva (em face do leilão) deste parquet, bem como pela concessão de provimento jurisdicional liminar para estancar a sangria dos cofres públicos deste Estado, mediante suspensão do contrato, até sua ulterior anulação.

Dos vícios - Interno e Decorrente Do Edital nº 001/2001

26 - Como adrede narrado não teve acesso este cidadão a todos os dados atinentes à avaliação da “concessão de serviço público federal e energia elétrica” outorgada pela União, à Copel, para fins de sua transferência, apenas porque o edital não as continha - e nem os seus anexos - fazendo-se mister visitar o Data Room (espaço físico no qual as informações de avaliação de situação da empresa- jurídica, econômica, contábil, financeira etc - estariam disponíveis para obtenção e consulta), tudo em afronta ao que determina a Constituição da República e a própria Lei de Licitações em vigor.

No caso, restam violados os princípios da moralidade administrativa, da publicidade e da indisponibilidade dos bens e interesses públicos.

Nem se cogite de publicidade desse processo, de alienação do controle acionário da Copel, porque disponibilizado o Edital, sem ônus, inclusive pela internet, mormente porque os dados necessários ao seu finalístico controle assim não se apresentam.

Basta um breve perpassar de olhos pelo Edital de Convocação para verificar que há mais de uma menção ao “regulamento” de acesso ao Data Room, sem nele (instrumento convocatório) restar indicado o custo e a forma de sua obtenção.

Além disso, se a idéia fosse a de manter em confidencialidade as características da empresa, isso seria um absurdo, porque a mesma encontra-se submetida, ainda que em parte, ao regime jurídico-administrativo, consoante o qual alguns princípios devem ser observados, como forma sobranceira de legitimação de sua existência e atuação.

De outra banda, quem promove o certame é o Governo do Estado do Paraná, que em (tudo) pertinente encontra-se subalterno à Constituição da República, à constituição deste Estado e à legislação complementar e ordinária - em que se insere a Lei nº 8.666/93.

Portanto, para ele (governo) a publicidade de atuação é condição indispensável de legalidade e legitimidade, especialmente no que concerne à alienação de bens e interesses públicos.

Assim sendo, como o que se está a alienar é a “concessão federal de serviço público”, na qualidade de “bem estadual” (porque suscetível de apreciação econômica e transmissão, na forma da lei), interessa - e muito - a todos os administrados deste Estado, como se deu a avaliação desse patrimônio - até então, imprescindível, impenhorável e inalienável - para fins de controle da transação, em quaisquer de seus âmbitos (econômico, legal, moral etc).

Portanto, o não-acesso ao Data Room, a qualquer um e sem ônus, importa em restrição inconstitucional, ilegal e imoral, que só reforça a impressão que o contrato ora levado à apreciação de V. Exa. nada mais é do que a “ponta do iceberg”.

Ademais, dificultar acesso sob o manto da confidencialidade, como sugerido, equivale a dizer que certos assuntos embora de interesse de todos não são suscetíveis de controle, o que só é de se admitir, e.g., em casos de segurança nacional (ou estadual)... o que, à toda luz, não é caso. Até mesmo porque o que efetivamente se está a alienar é uma “concessão federal de energia elétrica”, nada mais!

Essa a ilegalidade interna que clama pela suspensão do leilão até que seja o Data Room visitado por qualquer um, para que possa o mesmo ser impugnado, se for o caso, tanto na via administrativa como na via judicial.

Apenas como lembrança, assim estatui o artigo 41, da Lei nº 8.666/93;

Art. 41 - A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§1º - **Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta lei**, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 113. (Destacamos).

E não se pode cogitar de um cidadão poder impugnar um edital cujo objetivo não é dado conhecer, **em sua integralidade**.

27 - Finalizando, só resta tratar, ainda que perfunctoriamente, do segundo vício, insanável, do instrumento de convocação e decorrente do contrato, anteriormente feito entre Copel e Tradener Ltda.

Ora! Se o objeto licitado é a alienação do controle acionário da Copel, toda e qualquer informação equivocada, no que concerne à avaliação econômica da concessão, enseja o reconhecimento de um vício da descrição do objeto. Ou seja, sua descrição não poderá ser tida como sucinta e clara, a ponto de autorizar a formulação

de idônea, tal qual pretendido no artigo 40, inciso I, da lei de licitações e contratações públicas.

Dessa feita, como o caso é o de avaliação da gestão da concessão como implementada pela Copel, qualquer dado econômico-financeiro e/ou jurídico equivocado (ou ilegal) poderá (leia-se deverá) importar numa expressão econômica imprecisa e, no caso vertente, para menor.

Tornando claro: se a avaliação econômico-financeira da Copel foi séria e considerou o *status quo* dos negócios como em curso, muito provavelmente os R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), por ela devidos - se e quando do desfazimento do ajuste com a Tradener Ltda, foram contabilizados como passivo (exigível a longo prazo - obrigações especiais??), e, pois, só esse ajuste importa nesse montante como estipulado...isso sem falar em "outras" obrigações dele decorrentes e pendentes que não nos é dado conhecer.

Por conclusão, o vício no valor estipulado (lance mínimo para a "transferência" da (gestão da) concessão federal de serviço público de energia elétrica) resta presumido, tal qual se dá a presunção de lesão ao erário. Logo, é de suspender o leilão até que se promova uma revisão dos contratos firmados pela Copel, especialmente no que concerne à sua adequação jurídica (legalidade), lisura (moralidade) e vantajosidade (respeitabilidade ao interesse público, manifestada através da preservação da indisponibilidade dos bens e interesses públicos pela realização do "melhor contrato").

38 - Apenas uma última ressalva - **e que atina aos consumidores de energia elétrica**: se um contrato ilegal como o feito pela Copel com a Tradener Ltda., teve como "valor legal" estipulado o de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como é de se acreditar tenha havido "serviço adequado" a teor do que consta da Lei nº 8.884/95, e especialmente em face da chamada "tarifa módica"? Qual foi a efetiva fiscalização do Poder Concedente (União), mesmo que pela Agência Reguladora (Aneel), nesse sentido? Quantos contratos dessa (ilícita) natureza ainda há e que oneram a gestão da Copel, inviabilizando um maior acesso a esse serviço público essencial, até mesmo à dignidade da pessoa humana?

Art. 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º - **Serviço adequado é o que satisfaz as condições** de regularidade, continuidade, **eficiência**, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e **modicidade das tarifas**. (Destacamos).

Esses, entretanto, são problemas que nesta ação não nos compete tratar, mas que só reforçam a necessidade de pronta anulação do contrato firmado entre Copel e Tradener Ltda. E suspensão do leilão do controle acionário da estatal, marcado para muito breve.

Também esses os dados necessários à competente prestação jurisdicional voltada à restauração do Estado de Legalidade, mormente através da suspensão do anunciado leilão, a ser firmemente provocada por este Ministério Público.

III - Da Improbidade Administrativa

39. Além de tudo, os fatos como narrados importam em outras subsunção, agora à Lei nº 8.429/92, que os reconhece como atos de improbidade administrativa - nos seguintes termos:

Seção II - Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário - artigo 10.

Art. 10 - Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial**, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º desta Lei, **e notadamente**: (...)

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Em tal hipótese, a "pena" é a de:

Art. 12 - Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes combinações: (...)

II - na hipótese do artigo 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

(...)

Parágrafo Único - Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Portanto, se entender este parquet por eferida subsunção, que seja também proposta a conseqüente ação de improbidade administrativa, em face dos direitos da Copel adrede nominados, do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e de quem, de qualquer forma, locupletou-se indevidamente com o ilegal contrato.

IV - Do Requerimento

Feitas as considerações acima, requer seja instaurado inquérito civil público - e demais providências para fins de proteção do patrimônio público e dos usuários de energia elétrica deste Estado - bem como e especialmente:

a) seja instaurada, **com urgência**, uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar todos os fatos narrados, bem como sejam tomadas todas as medi-

das administrativas e judiciais para responsabilização civil e penal dos envolvidos nas ilegalidades acima elencadas;

b) sejam tomadas todas as medidas necessárias e cabíveis, inclusive apresentação - em regime de urgência - de projeto para a suspensão da desestatização da Copel - , tudo com a finalidade de proteção do patrimônio público do povo paranaense;

c) sejam requisitados junto à Copel comprovantes de todos os pagamentos por ela feitos à Tradener Ltda., alusivos ao ilegal contrato firmado, bem como os comprovantes das transações de alienação de excedente de energia elétrica intermediados (?!), para fins de apuração do dano efetivamente causado ao erário;

d) sejam requisitados junto ao Governo do Estado do Paraná e a Copel, com urgência, o documento oficial de avaliação da Copel, bem como seja viabilizada cópia do referido documento ao requerente;

e) seja requisitado junto à Aneel estudos ou avaliações da referida agência acerca do “preço” da concessão de serviço público, bem como dessa quantificação em termos de “transferência do controle acionário” da Copel e/ou de seus produtos;

f) sejam tomadas todas as medidas cabíveis para suspender o leilão marcado para o dia 31/10/2001, ou, alternativamente, a transferência do controle acionários, até decisão da CPI;

g) adotar todas as medidas cabíveis para declarar nula de pleno direito a avaliação seguida para definição do preço mínimo de venda do controle acionário da Copel; notificar os possíveis compradores da inadequação do preço mínimo fixado; anulação, via processo legislativo, do Edital 001/2001, do Governo do Estado do Paraná, relativo à alienação do controle acionário da Copel; determinar que, na hipótese de revisão desse Edital de Leilão, para idônea alienação do controle acionário, não seja elidida - de qualquer forma - a publicidade do certame, bem como reste garantido amplo acesso ao Data Room - sem ônus;

h) sejam tomadas, se for o caso, todas as providências sobre: os atos de improbidade administrativa praticados por qualquer um dos Réus, de outros agentes da administração Pública ou que a serviço desta tenham, de alguma forma, contribuído para referidas ilicitudes (concretizada e pretendida); para condenação dos requeridos - diretores da Copel - a restituírem aos cofres públicos todo o indevidamente pago à Tradener Ltda. e de todas as importâncias despendidas com a contratação das empresas de consultoria responsáveis pelos serviços de avaliação - como e por quem contratadas - bem como a restituírem o valor correspondente aos pagamentos de despesas já efetuados, valores que deverão ser acrescidos de juros e correção monetária segundo os índices do IGPM, desde a data do efetivo pagamento do preço contratado, objetivando a restituição, aos cofres públicos, de todas as despesas havidas com a implementação do leilão, se vier a ocorrer.

Pede deferimento.

Curitiba, 22 de outubro de 2001.

(a) CARLOS ROBERTO BITTENCOURT

Diretor-Presidente do Senge-PR

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar ao horário das lideranças, quero registrar a presença, nesta Sessão, do prefeito de Vila Alta, prefeito Marquinho, a pedido do deputado Edno Guimarães.

Muito obrigado pela sua presença, prefeito, sintase em casa.

Horário das Lideranças:

PL, PST, PSL, PPS

(Declinaram)

PDT (**usou da palavra também o deputado José Maria Ferreira**).

PT, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu propus à Mesa hoje, uma moção de aplausos à Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e sucursal em Curitiba, que completará amanhã o seu cinquentenário.

A Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil foi idealizada em 24 de outubro de 1954, quando um grupo de funcionários, preocupados com o desligamento de muitos companheiros que conviveram, durante muito tempo no Banco, pelo fato de se aposentarem ou de se desligarem da empresa, poderiam perder aquela convivência de anos e anos de trabalho.

E foi com o objetivo de confraternização e de solidariedade que se criou a AAFBB (Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil), que amanhã faz as suas bodas de ouro.

Quero ressaltar, nesta homenagem, o papel fundamental desta entidade de âmbito nacional, que ao longo da sua história foi uma defensora intransigente da democracia, foi uma defensora intransigente dos direitos do cidadão, e portanto, dos direitos dos funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil, que se insurgiu nos períodos difíceis da vida nacional, da crise política dos governos militares, das crises institucionais, surgiu para a preservação da democracia e cultivou no seu ideário a solidariedade, evitando que as diferenças políticas ou as diferenças pessoais dos seus associados, funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil, pudessem, naqueles momentos negros da vida nacional, criar animosidades, criar dificuldades ou até mesmo permitir que colegas fossem delatados por outros colegas, em virtude da sua atuação política partidária ou da sua atuação política em defesa deste País, contra as multinacionais, contra o militarismo, contra o governo que se instalou nos anos negros da ditadura.

Portanto esse registro que faço e pretendo que seja também feito com o aval de todos os parlamentares desta

Casa, para que esta Casa, ao aprovar a moção de aplauso para a Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil, possa mostrar para o País que este Parlamento tem a consciência, a capacidade e o discernimento de distinguir as entidades deste País que defendem a cidadania, a democracia e, acima de tudo, o cidadão.

Portanto, peço apoio a todos os deputados desta Casa em reconhecimento ao papel importante desta entidade na vida nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra, o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados.

Sentimo-nos gratificados em poder, neste dia, ter convivido por algumas horas e ouvido o relato do ex-governador Paulo Pimentel, que recentemente filiou-se ao PMDB. Para mim, pessoalmente, pois não acompanhei a sua postura, a sua conduta enquanto homem público, tivemos o prazer de ouvir várias histórias reais que aconteceram no período do então governador Paulo Pimentel, num período ainda de regime militar onde a livre expressão era proibido. Pudemos sentir na postura ética-moral, postura combativa à repressão, postura digna de um governador que realmente é e foi o grande referencial do Estado do Paraná.

Venho a esta tribuna para comunicar e convidar os senhores deputados para amanhã, às 10h00, estaremos reunindo a Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, onde teremos uma audiência com o Secretário de Transportes e toda a sua equipe, relativo ao questionamento das concessões, do pedagiamento. Teremos uma longa discussão.

Solicitamos vários documentos em relação à aplicação dos recursos oriundos dos pedágios nas rodovias do Paraná. Segundo consta em depoimento e reportagem pelo secretário Nelson Justus, que ele vai colocar à nossa disposição todos os documentos necessários.

Estamos discutindo e questionando a própria concepção da forma como foi criado o pedágio, no seu edital que foi muito mais restritivo do que permitindo a concorrência para que buscasse o menor preço.

Entendemos que o pedágio foi, desde o seu princípio, conduzido de forma errada, onde as empresas fizeram um grande acerto, dividiram as rodovias do Estado do Paraná e os consórcios que hoje operam não dão transparência nenhuma, porque nem nós, nem a imprensa, nem os paranaenses sabem quanto está custando cada obra que está sendo construída, daquelas que ainda estão, porque a grande parte das concessionárias não está demonstrando grande volume de investimento.

E temos aí o grande reclame, onde no final do mês de novembro, já está se fazendo menção no aumento do preço do pedágio.

Ora, senhores deputados, fica difícil questionarmos um pedágio, se ele é justo ou injusto, quando não sabemos quanto está custando para o usuário qualquer obra que porventura esteja sendo feita. E não podemos conceder, porque temos até as planilhas de edital do contrato e muito serviço, e eu que sou engenheiro, posso afirmar: estão superfaturados em 200, 300%, em relação ao preço de mercado.

É evidente, senhores deputados, que não há dinheiro que chegue quando contabilizamos, pelo menos na planilha, já que no valor real, as empreiteiras pagam muitas vezes um terço do valor contabilizado ou planejado para aqueles que realmente realizam o serviço.

Muitas concessionárias nem sequer equipamento têm: contratam ou locam equipamentos, terceirizam serviços; mas na planilha de custo prevalece aquele contrato feito na calada da noite, onde os preços não são os preços de concorrência e sim os preços acertados, não pelas empresas somente, mas com a conivência ou com o aval, se não pela determinação do próprio governo, já que os preços são superfaturados.

O Sr. Ademir Bier

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Inicialmente, Strapasson, gostaria de dizer que, com muita honra, participei neste final de semana, junto com o senador Roberto Requião, acompanhando o doutor Paulo Pimentel pela nossa região Oeste do Paraná.

Estivemos pelas cidades de Cascavel, Céu Azul, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, e pudemos testemunhar de perto o apreço que o povo do Oeste tem pelo ex-governador, doutor Paulo Pimentel. Realmente, fiquei bastante contente de estar junto com ele, uma esperança que chega aí para representar este Estado no Senado.

E dizer também, que se está levantando essa questão do pedágio, é importante, num momento também importante, que não devemos esquecer, o quanto mal foi para este Estado, esse pedágio, para nossa economia.

E o que precisa ser dito também, que a própria concessionária naquele episódio que estavam brigando na Justiça pelo aumento, ficou um ano e meio sem sequer fazer roçada nas nossas rodovias do Estado do Paraná.

Então, tudo isso precisa ser efetivamente levantado. Por isso, cumprimento-lhe pela ação imediata, até para que possamos tomar as atitudes aí na frente. Seria isso.

Obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente. E nós aqui, como deputados, não é nem um direito, é um dever que temos, em procurar fisca-

lizar, conhecer o que está sendo feito e de que forma, com os recursos públicos.

E o recurso do pedágio, apesar de muitos entenderem que ele é privado, porque foi concedido a essas empresas, na verdade, por lei, eles são públicos, porque foram concedidos para que empresas privadas explorassem, cobrassem o pedágio para realização de obras a um preço justo.

É evidente que é uma forma de gestão pública. É evidente que esses recursos têm que estar claros. Não adianta apenas conhecermos quanto efetivamente se arrecada e cada praça de pedágio, se não soubermos quanto está se pagando lá dos serviços que estão sendo realizados, se não soubermos nem sequer se estão ou não sendo realizados, não soubermos que quantidade deles são efetivamente realizados e quanto são pagos.

Não se pode conceber, a exemplo de um serviço tão simples e banal, como o serviço de roçada da rodovia, onde a planilha de custo contabiliza um preço cinco vezes superior ao preço real de mercado, o preço que pagam as prefeitura da região; o preço que se paga diretamente àquele que roça.

Evidentemente, isto é um exemplo, mas cabe a nós, deputados, o dever, para que depois não venham dizer: mas é o preço da concorrência”. Se a concorrência foi feita ou não houve concorrência; foi um grande acerto, com certeza, esta Casa tem que se pronunciar e é importante dizer, se o pedágio está caro é porque os serviços estão caros, se o pedágio não dá respostas aos investimentos, é porque realmente todo dinheiro vai para uma grande caixa preta que ninguém sabe quem e quanto se tira, só se sabe quanto se põe para onde que vai e com certeza, não há dinheiro que chegue; não há dinheiro que resolva o problema de uma má gestão de um dinheiro público.

É isso que estaremos fazendo lá amanhã tomando documentos, que é um ponto de partida até para que nós nesta Casa, possamos ter elementos técnicos. Não é nenhuma acusação, nenhuma denúncia, mas para que possamos aqui, provar pelos números, pela realidade, e se realmente acontecer aquilo que vimos pela imprensa, que todas as informações serão concedidas, serão informadas, iremos buscar, inclusive na planilha de custos das concessionárias, da realização de serviço, o quanto se pagou, para quem, e por que, e quem fiscalizou, isso que é importante.

Obrigado, e estão convidados todos os senhores deputados para amanhã, às 10h00 na Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: PFL, PSDB.

Com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero deixar registrado hoje, aqui nesta tribuna, a acolhida que tivemos na cidade de Umuarama. Não é à-toa que tem a denominação de “Capital da Amizade”.

Deputado Nelson Garcia, quero parabenizá-lo pela recepção, pela educação, pelos aplausos que a equipe do governo, a secretária da Criança, Fany Lerner, juntamente com o secretário da Comunicação Social, Rafael Greca, juntamente com os deputados Nelson Tureck, Edno Guimarães, Divanir Braz Palma, Hidekazu Takayama, com o deputado de Toledo, Duílio Genari, também com o nosso vice-presidente da Assembléia, Elio Rusch, e com o deputado Kielse, em um evento de solenidade, de assinaturas de convênios da Secretaria da Criança. Foram mais de quatro milhões de reais, assinados em Umuarama, em diversas áreas e obras sociais dessa Secretaria.

E eu, como já fui prefeito, já fui vereador, deputado pelo segundo mandato, nunca vimos em um governo, principalmente, uma secretária da Criança igual Fany Lerner, levar tantos recursos para todos os municípios do Estado do Paraná.

Nós temos, realmente - deputado Nelson Garcia, já vou te dar um aparte - na nossa região, não tem em um município, uma creche não; tem cinco, seis, obras sociais. Só no município de Campo Mourão, foram seis creches-padrão 90, com 270 metros; mais, padrão 500, padrão 135, creche de 535.

E nós, chegando em Umuarama, esperando a Fany Lerner chegar, juntamente com o deputado Nelson Garcia, no aeroporto, vimos ali o povo aplaudindo. Vimos ali prefeitos, vereadores, as entidades todas, entusiasmadas para receber os recursos.

E, deputado Nelson Garcia, uma coisa que me comoveu muito, foi o discurso da Primeira Dama. Um discurso simples, um discurso humilde, mas direto, daquilo que precisamos, que o nosso povo precisa.

Enquanto a Fany Lerner discursava, vi pessoas enxugando o rosto, de emoção de receber recursos já várias vezes. São as APAE's, são as associações, as prefeituras, recursos do governo do Estado, através da Fany Lerner.

Cedo, deputado Nelson Garcia, um aparte a V. Exa.

O Sr. Nelson Garcia

Deputado Nelson Tureck, gostaria, realmente, de agradecer pela sua lembrança: Umuarama tem uma fama de receber todo mundo muito bem. Imagine as autoridades, pessoas que tenham passagem pelo município de Umuarama.

Há poucos dias atrás, estive o governador Jaime Lerner, estiveram várias autoridades, várias secretarias, mais de 1500 pessoas reunidas em Umuarama, e foi uma alegria muito grande, quando fomos assinar a recuperação da Região Noroeste, do Arenito Caiuá, que foi um projeto passado pela Casa, pelo Divanir e aprovado por nós.

Então, sentimos orgulho das pessoas que vão, independente da cor partidária, nós sempre fizemos uma política diferente. Lá não temos Oposição, porque tratamos bem as pessoas, mesmo quando perdemos a eleição, porque acho que quem perde, não são os políticos, é o povo que está cansado de perder por brigas políticas.

Então, Umuarama tem essa fama de receber bem as suas autoridades, e não foi diferente com a Fany Lerner; com o governador também uma festa muito grande. E com a Fany não foi diferente, e cada vez que vai lá, ela se emociona. Ela esteve comigo, já nesses últimos noventa dias, duas vezes. Não é à-toa que são mais de quatrocentas e sete creches no Paraná, e as nossas entidades, todas da região de Umuarama, os trinta e dois municípios da região de Umuarama receberam dinheiro da Fany Lerner e ficamos felizes. E, depois de a Fany sair, chegou o Rafael Delly, onde assinou mais de sete milhões de obras para nossa região, entre Vilas Rurais, Casa Feliz e também os Centros de Convivência para o município de Umuarama e os municípios da região. Então, é uma felicidade muito grande.

Quero me somar a você, realmente, e te agradecer pelo elogio, mas pode ter a certeza: Umuarama vai continuar sendo a Capital da Amizade. Umuarama é onde os amigos se encontram e as autoridades sempre serão bem recebidas, independente de cor partidária.

Mas, fico muito mais feliz quando vai o meu governador, quando vai a minha primeira dama e os meus secretários, e quando vão levar recursos aos nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua vosso pronunciamento.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Concede-me um aparte, deputado?

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, o deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Estou cedendo, aqui, o Horário do PFL, nobre parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Horário do PFL não poderá ser usado, porque já foi chamado e não houve resposta, mas esta Mesa será condescendente com o seu aparte.

O Sr. Hidekazu Takayama

Essa benevolência sempre foi a prática que V. Exa. teve.

Quero agradecer ao nobre companheiro, Nelson Tureck, pelo aparte que me cede neste momento, para também exteriorizar, externar aqui a minha satisfação em

poder ter participado de alguns dos eventos no roteiro que a primeira dama, Fany Lerner, realizou na região do Noroeste e do Norte.

Impressionei-me, se por um lado, em Maringá, aconteceu o discurso do ódio, do rancor, da guerra, da intolerância, nós pudemos ver o outro lado, o discurso do amor, do sorriso, da simpatia, na cidade de Umuarama.

Queria parabenizar, aproveitando esse aparte que V. Exa. me concede, parabenizar o companheiro Nelson Garcia pela organização, pelo trabalho, quando nós pudemos ver milhares de pessoas ali no local onde foi realizado o convênio com todos os municípios e prefeituras da região e a entrega da creche número quatrocentos e sete. Quer dizer, contra esse ódio todo, nós vemos as obras realizadas, inclusive em prefeituras cujos prefeitos são da Oposição.

Eu não poderia deixar de, neste momento, agradecer em nome da população de Guaíra, companheiro Nelson Tureck, a Fany Lerner, o governador Jaime Lerner pela entrega dessa creche na cidade de Guaíra. Só posso agradecer a Deus, porque temos um governante sério e a sua esposa, dona Fany Lerner, é um exemplo de pessoa que irradia o brilho da felicidade, que transmite o brilho da simpatia, do amor, contagiando todos aqueles que participam do evento. Não foi o que aconteceu em Maringá, porque, infelizmente, alguns continuam ainda insistindo no discurso do rancor.

Quero agradecer-lhe, deputado Nelson, pelo aparte que me concede e parabenizá-lo por ocupar a tribuna de forma tão brilhante, enaltecendo realmente com obras, mostrando aquilo que o governador Jaime Lerner vem realizando pelo Paraná.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente e senhores deputados.

Queria deixar registrado esse evento na cidade de Umuarama, e, deputado Nelson Garcia, não é à toa que a cidade de Umuarama, uma cidade bela, uma cidade acolhedora, uma cidade pujante, que vem crescendo, que vem se expandindo, receba a todos com tanto amor e com tantas flores.

Parabéns, Umuarama, parabéns Fany Lerner!

O SR. RICARDO MAIA

Permite-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Como esta presidência foi tolerante com outros oradores será também com V. Exa. que poderá ceder aparte ao deputado Ricardo Maia.

O SR. NELSON TURECK

Então, concedo um aparte ao deputado Ricardo Maia, da cidade de Maringá.

O Sr. Ricardo Maia

Muito obrigado, senhor presidente e deputado Nelson Tureck.

Olha, como maringaense, nós ficamos totalmente entristecidos na última quinta-feira, porque o que ocorreu em Maringá, principalmente por ser a secretária de Estado Fany Lerner, uma mulher que realiza um grande trabalho no Estado do Paraná, foi a primeira dama da Capital por três vezes e nas três vezes demonstrou uma grande competência na área social, e hoje ela realiza um grande trabalho, como já nesses sete anos, como primeira dama do Estado do Paraná, e a secretária da Criança e Assuntos da Família, sem dúvida alguma é uma pessoa que tem uma grande dedicação à área social. E o que aconteceu em Maringá?

Nós estávamos acompanhados do nosso companheiro, deputado estadual Divanir Braz Palma, não representa, deputado Nelson Tureck, o que é a cidade de Maringá, aquilo ali foi um grupo de pessoas que invadiram o recinto onde seria a cerimônia, onde não teve o controle do local, elas queriam simplesmente prejudicar a imagem do Governo do Estado perante a opinião pública de Maringá.

Mas, ocorreu o contrário, que hoje nós recebemos inúmeras manifestações da comunidade de Maringá, todos protestando por essa atitude de aproximadamente 60, 70 pessoas, mais ou menos, e ela poderia, a primeira dama, bem como nós como deputados, e ela como secretária, ter evacuado essas pessoas dali. Nós tínhamos outros deputados lá presentes, mas ela invocou a levar para o lado da paz e deixar para que seja assinado em outro dia, até a intolerância, para não ter ali um tumulto, que era isso que essas pessoas queriam. Mas, nós teríamos ali, deputado Nelson Tureck, para a atual administração de Maringá, que é do PT, onde não houve discriminação alguma, quatro novas creches, teríamos recursos para inúmeras entidades sociais da cidade de Maringá, recursos para os municípios da região, municípios de Sarandi, Paissandu, que são cidades-polos de Maringá, e assim inúmeros municípios, todos ali.

E tenho certeza quem, no menor espaço de tempo possível, a primeira dama do Estado, a secretária Fany Lerner, irá assinar esse convênio e a comunidade será beneficiada.

Então, obrigado pelo parte!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sugiro ao deputado Nelson Tureck que passe, então, a usar o Horário da Liderança do PTB, e concedo um aparte ao deputado Divanir Braz Palma, também da cidade de Maringá.

O Sr. Divanir Braz Palma

Senhor presidente, muito obrigado pela compreensão.

É importante que nós também façamos uso da palavra porque está se falando da visita da Dona Fany Lerner, na última quinta-feira, ao interior do Estado, onde ela foi muito bem recebida, lá em Umuarama, por toda a comunidade, não teve nenhum incidente. O deputado

Nelson Garcia, é uma pessoa muito gentil, trata todos os seus colegas com muito respeito, muita amizade, com muito carinho. E foi uma festa linda em Umuarama.

Com relação a Maringá, infelizmente, senhor presidente houve um ato anti-democrático e que a imprensa registrou, foi uma minoria, menos de 50 pessoas, que fizeram uma tentativa de desestabilizar a solenidade e isso não contribuiu para com a democracia; a sociedade maringaense ficou deveras envergonhada e nós também pedimos desculpas à dona Fany Lerner, e o assunto está encerrado.

Agora, é preciso que mais uma vez, temos dito aqui nesta Casa, deputado Moysés, que as idéias devem ser respeitadas, sendo de direita ou de esquerda. Eu vejo que há, infelizmente, uma deterioração desses princípios. Não é com esse comportamento, que iremos avançar na democracia.

Acho que cada cidadão tem o direito de expressar o seu ponto de vista, as suas idéias, suas ideologias, mas que nem por isso seja preciso lançar mão de medidas violentas, de atitudes que são deploráveis, pela democracia e pelo estado de direito.

Eu pedi desculpas, à dona Fany Lerner. Maringá toda ficou triste por não poder recebê-la. Aquela minoria, que vai continuar minoria, com certeza, porque ninguém cresce no mal, só o bem prospera, eles vão continuar minoria e nós vamos continuar crescendo, progredindo e elevando o nome do nosso Paraná, na liberdade, no direito de expressão de cada cidadão paranaense!

Está de parabéns toda a nossa comunidade de Umuarama e do nosso companheiro Tureck, que lembrou de registrar a ida da nossa primeira dama ao interior do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, para concluir, quero só dizer o seguinte: a primeira dama do Estado do Paraná, Fany Lerner é uma pessoa que atende, independentemente, de sigla partidária, a maior bandeira hoje, da Secretaria da Ação Social do Estado do Paraná. Vemos todos os municípios, principalmente, do qual tenho conhecimento, que visito, que é a minha região. São vinte e cinco cidades e todas elas têm os programas sociais da Secretaria do Governo, da Fany Lerner.

Portanto, quero dizer, não sei em outras regiões, estou afirmando da minha cidade, da minha região, que temos prefeitos do PDT, do PMDB, de várias agremiações, nas quais os deputados são testemunhas, que o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria, tem atendido a todos.

Esses incidentes - eu não estive em Maringá -, deixo registrado, aqui, hoje, a presença daquilo que participei, porque a Fany Lerner é um anjo em forma de mulher, uma expressão, um símbolo no qual jamais, eu que sou um defensor do governo, eu que já fui prefeito e sei o que um prefeito e uma comunidade passam nas suas

reivindicações. Hoje, Moysés Leônidas, podemos ter a certeza que na minha região e, certamente, deverá também de sua região, de Maringá, de Umuarama, que os programas sociais dessas Secretarias foram atendidos.

Portanto, no uso da minha palavra, do registro de Umuarama, da terra do deputado Nelson Garcia, que aquela cidade pode se orgulhar. É por isso que o deputado Nelson Garcia já está com três, quatro mandatos nesta Casa, pelo brilhante trabalho que ele faz e pela acolhida daquele povo, daqueles que vão lá para levar recursos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças:

PTB; Liderança do Governo; Liderança do Oposição.

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo, por dez minutos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado ao nosso líder Waldyr Hortêncio Pugliesi, por ter cedido este espaço.

Senhor presidente, falo Waldyr Hortêncio, porque ontem passei pela placa que homenageia o ex-deputado Anibal Khury e descobri que o deputado Waldyr Pugliesi tem o Hortêncio.

Senhoras e senhores deputados, estamos neste momento, convivendo com a greve dos trabalhadores das universidades. As universidades estaduais do Paraná nunca foram privilegiadas no atendimento, na atenção do Governo do Estado quando se refere à reposição salarial, quando se refere ao reconhecimento pelo trabalho que as universidades têm feito no Paraná.

Atualmente, o movimento grevista que começou quase junto com o governo, com a greve dos servidores federais e professores federais, enquanto que o governo federal tem aberto negociações permanentes e já voltaram os servidores das instituições superiores, já voltaram à atividade, a greve terminou com a incorporação da Casa, que era uma gratificação por atividades executivas, e alguns outros avanços que a categoria conseguiu, no Paraná o governo não conversa, não quer discussão, não mostra o que tem de realidade nos cofres públicos, não abre a administração pública para discutir com esses professores que estão paralisados.

Na verdade, o que nós mais queremos no Paraná é que não tenha greve. A Oposição no Paraná não quer que tenha greve porque a greve significa menos serviço para a sociedade. Agora, quem tem obrigação de acabar com a greve é o governo, nesse momento o governo tem que abrir as portas para a negociação, a possibilidade de abrir o diálogo, de avançar o diálogo para acabar com a greve.

O movimento acenou o ano passado, por uma discussão prometeram o avanço, não cumpriram o que prometeram; o movimento esperou; agora deflagaram a greve, por várias e várias vezes adiada. Quem é o culpado desse movimento é o próprio governo. Num governo

sério não há greves porque o governo negocia, abre as portas, expande todas as possibilidades para evitar-se o movimento paredista que traz prejuízo ao próprio servidor, que traz prejuízo ao Estado e à sociedade, porque a sociedade sabe que não é fácil fazer greve. Quem está de greve está sem salário, está sem dinheiro para pagar o talão de energia elétrica, comprar o gás para fazer comida; é isso que está acontecendo no governo do Paraná.

E tem uma decisão judicial que obriga o governo a pagar o salário dos que estão fazendo greve porque a greve é considerada legal, o governo está descumprindo ordem judicial e não está pagando os servidores e não conversa.

Portanto, eu quero aqui, senhor presidente, dizer em alto e bom som, o culpado pela greve dos servidores, dos professores das universidades estaduais do Paraná é o governador do Estado, o culpado, porque eles querem parar com a greve com uma negociação, uma perspectiva futura e discutir inclusive no orçamento isso tudo e o governo não discute, o governo não quer discutir, o governo está escamotando, postergando essa discussão, e nós queremos que o governo entre para abrir uma possibilidade de acabar com a greve, uma saída para todo mundo, inclusive para o próprio governo do Estado do Paraná.

Concedo o aparte à deputada Luciana.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigado, deputado, eu gostaria de contribuir no vosso pronunciamento e dizer que na semana passada aconteceram três audiências públicas, uma na UEL, na UEM, e na Unioeste em Cascavel, e todas elas com esse objetivo, de abrir uma negociação com o Governo do Estado e também para que os deputados que se fizessem presentes e os que lá se fizeram, tomassem um conhecimento maior sobre a situação que vivem as nossas universidades estaduais do Estado do Paraná.

E nessas audiências, todas elas, um dos encaminhamentos tirados foi um manifesto no sentido de que os deputados se comprometessem em buscar uma negociação com o Governo do Paraná, que buscassem marcar uma audiência com o Governo, junto com o comando de greve da UEM, UEL, e Unioeste, e é nesse sentido, deputado, que eu acredito que é importante que nós aqui hoje consigamos tirar uma proposta e marcar com o governo do Estado do Paraná uma agenda para que ele receba o comando de greve e para que a gente consiga, quem sabe, dar um fim na greve que hoje existe.

É importante citar aqui que o deputado Moysés Leônidas fez um requerimento solicitando uma comissão especial de deputados para intermediar a questão da greve. Esse requerimento já aprovado na Casa, mas não tomamos conhecimento se essa comissão foi formada ou não.

Então, é importante que a Casa providencie essa comissão e que anuncie quem são os deputados que vão

fazer parte, ou que estão fazendo parte dessa Comissão, para que nós possamos também saber melhor a quem se referir, a quem tratar esse assunto.

Dizer, deputado Irineu Colombo, que a principal reivindicação é na questão do Orçamento do Estado. Um recurso maior no Orçamento do Estado, para o funcionamento das universidades no próximo ano.

Não adianta o Governo ficar criando novos cursos, como vem fazendo, e não dando estrutura para que as universidades possam colocar em prática esses cursos.

Acredito que depende muito desta Casa, dos deputados que aqui estão, de intermediar nessa questão da greve junto ao Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Irineu Colombo, tenho um respeito profundo por V. Exa., até porque consegue concatenar as suas idéias e as coloca com clareza.

Em primeiro lugar, dizer à deputada Luciana Rafagnin, que ela está desatualizada ou mal assessorada. A Comissão foi formada, e já inclusive compareceu em audiência com os grevistas, lá, aberta, essa comissão, a qualquer um dos parlamentares que queiram participar.

A questão que V. Exa. colocou de que o Governo não quer receber, também não é verdadeira, porque já estivemos lá presentes, com o movimento de greve, dos grevistas da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Estadual de Maringá, da Unioeste e o Governo fez a colocação dele, em particular em alguns pontos, eu também como parlamentar, não concordo, mas o Governo já deu atenção. Houve um avanço, eu senti, por parte do Governo, porque ele reconheceu que tem reposição salarial a dar, só que por razões da Lei de Responsabilidade Fiscal, não o pode fazer neste ano. Até porque, está nessa de viabilizar o Fundo de Previdência, tirando o encargo dos senhores funcionários públicos aposentados para baixar o percentual, o Governo já se diz no limite de pagar.

Agora, não é verdadeira essa informação, o Governo já atendeu em audiência, já conversamos, já falamos, já foi colocada. Não sei se a contento de uma parte ou de outra.

O que V. Exa. está colocando, com todo o respeito, pode achar e jogar a responsabilidade em cima do Governo, acho que tudo bem, mas o Governo não tem se furtado, porque eu já participei junto com o deputado Tiago que representa Cascavel, junto com o deputado Ricardo Maia, que representa a Universidade de Maringá e o Governo tem recebido.

Foi inclusive uma conversa longa que durou uma manhã inteira, proveitosa, porque foi elucidativa, inclusive até do ponto de vista do entendimento daqueles leigos que chegam lá e querem conhecer, a imprensa participou, talvez não tenha dado uma grande divulgação.

Quero convidar V. Exa., porque a par dessa questão da greve, vou até na próxima semana, fazer um pronunciamento aqui. Porque aquela comissão que

investiga as universidades do Paraná, que está em tramitação e tem do seu partido o deputado Ângelo Vanhoni, que faz parte da comissão, já está a todo vapor, estou na condição de relator, fui uns dos que requereu, o deputado Ribas Carli está presidindo, e nós estamos acatando o conhecimento de todos os membros, porque tem deputados com conhecimento na área das universidades, para mexer nessa caixa preta que são as universidades do Paraná e quando esteve aqui o senhor Ramiro na semana passada, fiquei estarrecido porque o governo é o gestor que repassa o dinheiro dentro da autonomia das universidades e não conhece sequer a folha de pagamento, quando lá de Londrina - vou trazer para cá - já me formularam e agora vou receber por escrito, salários pequenos e aviltantes dessa maioria esmagadora que trabalha e recebe pouco, dentro da autonomia da universidade com outros apaniguados e beneficiados que recebem até doze mil reais de salários, sem contar os médicos que fazem seu plantão à distância e ganham com isso, constituindo uma situação de privilégio e odiosa com relação àqueles que trabalham com a mão-de-obra não especializada e ganhando pouco.

Quero respeitar o ponto de vista de V. Exa. e não faço a defesa do governo; não tenho competência para isso, mas a comissão já esteve presente e em nenhum momento eu vi, por parte do governo, o interesse de não ouvir e de não receber. O governo disse que reconhece a reposição e que o fará a partir do mês de janeiro do ano que vem, porque este ano está proibido de fazer, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Só para fazer justiça no que este parlamentar e os demais já fizeram, já compareceram, respeitando o seu ponto de vista que quase sempre é lúcido.

A Sra. Luciana Rafagnin

Deputado Colombo, solicito aparte por ter sido citada pelo deputado Moysés.

O SR. IRINEU COLOMBO

Eu tive informação que havia requerimento aprovado. A Comissão foi constituída deputado?

O Sr. Moysés Leônidas

Há tempo!

O SR. IRINEU COLOMBO

Quem é o presidente?

Tem algum deputado da Oposição?

O Sr. Moysés Leônidas

Os deputados que se apresentaram...

O SR. IRINEU COLOMBO

Não! Aqui na Assembléia não pode ser apresentado, tem que ser nomeado pelo presidente!

Eu gostaria de informação oficiosa da Presidência sobre quais deputados compõem essa comissão.

O Sr. Moysés Leônidas

Ademir Bier, Vanhoni. Não tenho bem certeza. Só sei que eu já participei.

O SR. IRINEU COLOMBO

Da comissão de negociação de greve? É importante esclarecer.

Eu gostaria que a Presidência solicitasse essa informação da assessoria da Mesa. A comissão foi constituída formalmente?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. gostaria de informação da constituição da Comissão Especial de Investigação?

O SR. IRINEU COLOMBO

Não. De acompanhamento da greve.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito à assessoria que providencie a informação para a Presidência sobre a composição da comissão de acompanhamento da greve.

O Sr. Moysés Leônidas

Só para esclarecer.

A deputada Rafagnin se referiu a um requerimento de negociação que o deputado Moysés Leônidas teria requerido e eu não requeri.

Faço parte dessa comissão porque fui convocado para fazer.

O SR. IRINEU COLOMBO

Vamos esclarecer.

Tem um problema identificado já. Foi aprovado o requerimento dessa comissão aqui e essa comissão já negociou alguma coisa de ser constituída, então.

Isso é um absurdo que está acontecendo nesta Casa. Estão começando a passar por cima do Regimento, inclusive naqueles acordos mais elementares, do fio do bigode, entre os homens, evidentemente, em termos figurados.

Outra questão que eu gostaria de salientar é com relação à peça orçamentária. Nós temos que investir fundo nas universidades, porque se elas, como bem disse o deputado Moysés Leônidas, são uma caixa preta e o governo Lerner já faz seis anos que está aí e continua a caixa preta, ah!, seu eu sou o governador, não tem caixa preta! É transparência total! O chefe dá o exemplo e o resto cumpre!

Transparência total!

O Sr. Moysés Leônidas

Então vamos torcer para que V. Exa. seja o governador!

O SR. IRINEU COLOMBO

Tem que haver transparência, até porque não tem nenhum reitor que seja Oposição ao Governo do Estado.

Todos os reitores apóiam a política do governo, de cima em baixo e inclusive, quando assinaram o Termo de Autonomia das Universidades, eles sentaram daquele lado de lá, na associação deles, e subiram dois aqui e deram depoimento favorável ao governo.

Então, se tiver caixa preta, é problema do governo Jaime Lerner. Está comprovado que tem caixa preta e é problema do governo Jaime Lerner, porque se eu sou governador do Estado, eu dou transparência, quero que a sociedade cuide da administração, transparência total, reitores, todo mundo, quanto ganha, o que faz, tudo certo e aí vai sobrar dinheiro, com certeza, para pagar aumento de salário dos professores e já começar a identificar, e acho que há boa vontade do deputado Leônidas de abrir essa negociação, e nossa dos deputados. Para que vamos continuar nessa negociação?

Que se chame a comissão, vamos agendar com o governo e vamos com a greve. Como acabar com a greve? Com a negociação.

Eu acho que Moysés Leônidas tem esse mesmo espírito, claro que, com um referencial diferenciado.

O Sr. Eli Ghellere

Eu quero parabenizá-lo pela forma que traz as matérias nesta tribuna. São matérias de suma importância, principalmente no que diz respeito ao ensino público do Paraná. Estivemos na audiência pública em Cascavel, acompanhando a deputada Luciana Rafagnin e também o deputado Ademir Bier, deputado Nereu Moura e foi sem dúvida nenhuma um dos atos mais importantes que eu participei na minha vida pública. Nós tivemos lá representação de professores, de alunos, do corpo docente da universidade, do corpo discente e também a presença do prefeito de Cascavel, do ex-governador Paulo Pimentel, do ex-governador Roberto Requião, atual senador e várias autoridades, além dos professores, entre eles o Luiz Fernando e o professor Romeu também estavam presentes naquele ato. E foi importante e nós sentimos que ninguém está lá para briga. Nós sentimos que todos que estavam presentes estavam realmente interessados na melhoria do ensino público.

E sentimos também pelos pronunciamentos.

Falo mais especificamente pela Unioeste, que é a minha região, é a região que moramos e sentimos mais o problema da Unioeste. Temos na região do Oeste e Sudoeste do Estado aproximadamente 15 deputados e temos também um grande número de prefeitos e vereadores. Se pegarmos todo esse contingente, tenho certeza que vamos sensibilizar o governador Jaime Lerner, para que ele participe de uma audiência pública, para que vá lá e escute o que realmente a comunidade acadêmica e a Unioeste necessitam.

Fiquei até espantado quando vi o orçamento para 2002 e fiquei sabendo que não contempla nem a folha de pagamento. Então, a partir de 2002, a Universidade Estadual do Oeste não vai ter recurso orçamentário para a folha de pagamento dos professores!

Sabemos e entendo perfeitamente a posição do Governo do Estado, que está chegando no limite máximo o nível de comprometimento do Estado com a folha de pagamento. Mas também, paralelo a isso, estamos vendo e acompanhando pelos jornais o Governo do Estado abrindo mão de receitas, como é o caso das montadoras. Onde isso aumentaria a receita do Estado e em contrapartida poderia até dar aumento para os professores e poderia até aumentar a despesa com folha de pagamento.

Então a conclusão que temos e que outras pessoas já disseram nesta tribuna, é que está financiando, realmente, as empresas no Estado, é a folha dos professores.

É um desabafo que faço e quero dizer que estamos realmente preocupados com isso, com a questão da União. E temos que deixar de lado um pouquinho até a questão partidária, se é de apoio ao Governo, a questão de que se o deputado é contra o Governo; e vamos olhar, realmente, para a melhoria do ensino público.

Tenho certeza que vamos fazer esse trabalho e vamos conseguir sensibilizar o Governo do Estado para que vá até as universidades e sinta de perto o que realmente a União precisa.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, só reforçar isso, que essa comissão atue e abra uma negociação com o Governo do Estado para que nós visualizemos o fim da greve.

E por fim, para encerrar o discurso, deputado Waldyr Pugliesi, nós tínhamos aqui o ex-deputado estadual Rosinha e agora temos o deputado Hortêncio. Ambos flores, mas flores que não se cheiram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O que a assessoria da Mesa nos passou, deputado Colombo, é que há uma Comissão Especial de investigação e está sim, está composta. A outra não houve possibilidade ainda de verificar, se aprovado o requerimento e se após aprovado o requerimento houve a constituição de uma comissão, para então acompanhar a greve nas unidades de ensino superior do Estado do Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, questão de ordem subscrita pelo senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, apresentando para análise e definitiva decisão desta Presidência, a questão de ordem relativa à composição das Comissões Parlamentares. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado, integrante do PFL, com o objetivo de compor a CEI

- Comissão Especial de Investigação, para apurar irregularidades na Administração das Instituições de Ensino Superiores, em substituição ao nome do senhor deputado Nelson Tureck, que desfilou-se do Partido. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado, integrante do PFL, com o objetivo de compor a CPI dos Desvios de Recursos por parte dos Integrantes do MST, em substituição ao nome do senhor deputado Nelson Tureck, que desfilou-se do Partido. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Sérgio Spada e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante do expediente, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Emenda: **aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no *campus* de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - União. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Governo do Estado a integrar permanentemente profissional da área de Psicologia e Assistente Social no Quadro de Profissionais de Educação em todas as escolas do

Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Centro Administrativo Regional de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 390/2000

Art. ° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Administrativo Regional de Maringá, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Centro Administrativo Regional, poderá sediar todos os núcleos regionais das secretarias, autarquias e vinculadas, existentes na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Chico Noroeste.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, as instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, deverão atender os consumidores em tempo razoável, evitando a longa espera em filas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, que reduz para 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços - ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder

Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândói, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que dispõe sobre a criação do Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Paranavaí, imóvel situado naquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio de Ensino Médio e Profissionalizante Frei Miguel, nesta Capital. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Sengés, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Mutirão Universitário, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o Dia de Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Deixará de ser votado por ter havido um engano na sua colocação na Ordem do Dia.

Retorna à Comissão de Educação.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que altera as divisas entre os municípios de Palmital com Laranjal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou encaminhando à Mesa, por escrito, uma questão de ordem, relativa à composição das Comissões Permanentes, nesta Casa.

Senhor presidente, no nosso entendimento, até o dia 4 de outubro nós tínhamos uma realidade nesta Assembléia Legislativa, onde alguns partidos políticos inclusive, tinham representação nesta Casa. É o caso do PSB, que tínhamos três deputados, do PST, PSC, enfim, esses partidos não mais têm representação nesta Casa.

Razão pela qual entendemos que, em primeiro lugar ou uma recomposição, em função das novas bancadas partidárias que nós temos nesta Casa, um realinhamento em função disso, ou se prevalecer o entendimento dessa Presidência, em função desse episódio. Ou o fato de que os deputados estaduais, quando da organização das Comissões Permanentes, são indicados para representar o Partido, obedecendo ao critério da proporcionalidade. Preferencialmente.

Entretanto, nenhum parlamentar, nesta Casa, se auto-indica para esta ou aquela Comissão Permanente, que sempre é feita através da sua liderança, da liderança do partido político.

Então, estou encaminhando à presidência por escrito, essa questão de ordem com essas duas indagações.

Passo às suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Essa presidência recebe, encaminha a questão de ordem de V. Exa. à Executiva da Casa, para que possa estudar e dar-lhe resposta.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Eu coloco a V. Exa. o seguinte. Imagine se a pretensão do deputado fosse levada mais adiante e chegássemos aos Partidos, porque aqui ele está cobrando, a fidelidade partidária não existe, porque as pessoas também usam os partidos, candidatam-se e depois há toda essa remodelação.

É bom que a Mesa deve ter o conhecimento disso, que se acontecer, vai ser a primeira vez, aqui na Casa.

Os membros das comissões, senhor presidente, são eleitos para serem membros das mesmas por quanto tempo? Dois anos?

Então, é preciso que não haja numa decisão dessa, por exemplo, a quebra daquilo que tem sido prática nesta Casa.

Logicamente que se a troca tivesse produzido maiorias em determinadas comissões que interessassem ao Governo, certamente que o líder do Governo não estaria aqui levantando essas questões, mas nós, de maneira apriorística estamos colocando essas coisas de maneira como devem ser tratadas. Foram eleitos pelos partidos. “Eleitos” para fazerem parte das comissões. E agora estão tirando os “mandatos” para os quais foram “eleitos” de maneira oportunista no nosso entendimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência ouviu a questão de ordem do deputado Waldyr Pugliesi, mas já tomou uma decisão com relação à questão de ordem do deputado Durval Amaral: acolhemos a questão de ordem e estamos encaminhando à Comissão Executiva para que dê uma resposta.

Pela ordem, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É evidente que a Mesa se baseará na sua assessoria, na Procuradoria Geral da Casa, no Departamento Legislativo para responder esta questão de ordem.

Algumas dúvidas ficam em nossa cabeça, porque alguns partidos deixaram de ter representação na Casa, embora o Regimento diga que as comissões serão organizadas a cada dois anos.

Lembro-me, questões como essa foram levantadas e, naquela ocasião o presidente Anibal e os deputados entenderam que a organização feita lá atrás, deveria prevalecer. A permanência desse ou daquele deputado, dependia do líder.

Uma indagação que faço é, se nesse questionamento da reorganização das comissões, se também se busca a reorganização da Comissão Executiva, porque afinal é uma das Comissões da Casa. Quando fizemos a eleição da Mesa, fizemos primeiro a presidência, depois a 1ª secretaria e depois os demais cargos foram preenchidos em cima de um critério partidário. Algumas pessoas ocupam cargo na Mesa Executiva em cima de uma proporcionalidade, em cima de um entendimento que se fez.

Se formos analisar todas as comissões permanentes, a mais permanente de todas é a Comissão Executiva, quem sabe ela deveria analisar.

Outra dúvida: a partir do momento que é indicado um deputado para constituir uma comissão, num momento seguinte os membros daquela comissão se reúnem e, democraticamente elegem um presidente e um vice-presidente. Agora, vamos deseleger alguns presidentes e vice-presidentes?

Essa é a dúvida que tenho e gostaria de ver esclarecida.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Só para esclarecer essa preocupação que se tem com relação à Mesa Executiva. A Mesa Executiva é eleita para um mandato de dois anos. Diferente ocorre com as demais comissões, porque há indicação partidária preservando a proporcionalidade no quanto possível.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, discordo do deputado Durval Amaral, porque não é somente a Comissão Executiva que é eleita. Todos os presidentes das comissões são eleitos também por um mandato de dois anos.

Então, a mesma argumentação feita pelo deputado Durval Amaral com relação à Mesa Executiva, cabe exatamente para todas as Comissões, principalmente com relação à presidência das Comissões; ela foi feita pelos membros da Comissão que foram indicados pelos líderes para um mandato de dois anos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, pela ordem!

(Assentimento)

Queria aqui externar um posicionamento no sentido de também trazer luz a essa questão de ordem levantada pelo ilustre deputado Durval Amaral, líder do Governo.

Dizer que, quando o partido indica um membro do seu partido, um deputado das comissões para constituir esta comissão, o partido passa a ter representação dentro da comissão. No momento que o deputado faça uma mudança de partido, o partido fica sem representação nesta Comissão e por conseguinte, não tem mais o equilíbrio dentro dessas comissões.

E o que é importante: a Mesa Executiva é eleita pelos 54 deputados. Agora, nas comissões, existe uma eleição dentre os membros. No momento que o parlamentar muda de partido, o partido pode imediatamente substituí-lo, porque não pode ficar sem representação equivalente naquela comissão. E é claro que aí deverá se reunir a comissão e eleger o novo presidente.

Digo isto, em função, senhor presidente, da experiência que tive como deputado federal e lá na Câmara Federal ocorre da maneira como disse aos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem a ser decidida.

A questão de ordem encaminhada pelo deputado Durval Amaral por escrito à Mesa, será encaminhada, por decisão desta Presidência, à Comissão Executiva e obviamente, independente da posição da Comissão Executiva, é claro que será discutida em Plenário.

Então, acho que poderíamos, não havendo questão de ordem nesta mesma questão, dar por encerrado esse assunto, encaminhando este requerimento à Comissão Executiva.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3509, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3510, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3518, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3476, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3500, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3501, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3502, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3504, 3506 e 3507, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3505, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3511, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3512 a 3515, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3522, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3524, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3516 e 3517, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3523, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Senhores deputados e senhor presidente. Amanhã, quarta-feira, às 10h00, estamos convidando para estar presente na Assembléia Legislativa, muito especialmente, no plenarinho, deputado Waldyr Pugliesi, o secretário da Administração do Estado do Paraná, e o convite é extensivo a todos os senhores deputados, para que possamos discutir e debater o Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Semana passada, o secretário teve uma reunião na liderança do Governo, eu acho que seria prudente conversar com todos os deputados desta Assembléia Legislativa, para que pudéssemos discutir à exaustão esse plano de saúde, que poderá trazer benefícios para todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, fica o convite formal aqui. Estou encaminhando aos gabinetes dos senhores deputados, para amanhã às 10h00, debatermos com o secretário da Administração, Dr. Ricardo, tudo sobre o plano de saúde dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. TONY GARCIA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, queria comunicar a esta Casa, que, lamentavelmente, pela terceira vez, a CPI da Telefonia é interrompida pela Justiça.

Como não poderíamos deixar neste momento, a pergunta do deputado Algaci Tulio, é qual delas?

Primeiro foi a CPI nº 1, depois a do projeto de resolução, e agora a CPI nº 1 que voltou a funcionar, foi de novo interrompida para que se aguardasse o mérito da questão.

Então, estamos em um estado adiantadíssimo, hoje, das denúncias desta Comissão. Nós já temos prestado um serviço de relevância para todo o Estado do Paraná. Como não poderia deixar de ser, e já havia sido divulgado por todos, esta Casa não se furtaria neste momento, com a população do Paraná.

Tenho aqui em minhas mãos um projeto de resolução assinado pela unanimidade aqui deste Plenário. São mais de 43 assinaturas, não tive tempo de contar, aonde nós fazemos a CPI de novo, para investigar o que nós viemos investigar, continuando os trabalhos.

É a resposta que vamos dar a toda a sociedade e a esta Casa, que não poderia deixar neste momento, de fazê-lo.

Agradeço a todos os deputados que entenderam este momento e daqui para frente, senhor presidente, nós precisaríamos que tivesse isso daqui passado pela CCJ quase que imediatamente, para que possamos continuar os trabalhos na semana que vem.

E isso é um aviso para todos: essa é a CPI nº 3, ela é a “CPI Duro de Matar nº 3”.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão...

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente.

Comunico a todos os parlamentares que logo após o término da Sessão, teremos a Sessão Extraordinária.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero dar, ainda em tempo, entrada de um requerimento nesta Sessão, porque é de suma importância, que trata de uma questão do litoral do Paraná.

Deputado Algaci Tulio, Marcos Isfer e demais parlamentares que tenham suas bases eleitorais, e não só por isso, no litoral do Paraná. Estamos todos preocupados com a situação ainda do encalhe do navio Norma lá em Paranaguá, cujo procedimento de traslado da nafta desse navio para outro ainda não se iniciou. Uma operação de alto risco.

Nós queremos, neste momento, senhor presidente, que a Mesa Executiva crie uma comissão de cinco parlamentares, ou se desejar até mais, que esteja na quinta-feira, já estamos programando para sexta-feira, às quinze horas, para que façamos uma audiência pública na Associação Comercial e Industrial de Paranaguá, ouvindo os vários segmentos de Paranaguá, porque não se trata de uma questão de ecologia, de meio ambiente; trata-se da economia do município de Paranaguá que sofre pela situação; também dos pescadores que não podem fazer a sua missão de pescar, não podem pescar nem para comer, quem dirá para vender; a questão dos funcionários ou sindicalistas, de sindicatos que não podem prestar serviços no Porto de Paranaguá, porque o porto não está funcionando a toda prova; a questão da economia da cidade, a questão do prejuízo que o Porto de Paranaguá está tendo neste momento, na ordem, entre o porto e as empresas privadas que terceirizaram ou privatizaram parte do porto, estão tendo diariamente um prejuízo de quase três milhões de reais.

Por essas razões todas é que queremos fazer uma discussão ampla, em Paranaguá, na próxima sexta-feira.

E peço à Presidência para que ainda coloque na Ordem do Dia de hoje, desta Sessão, a aprovação deste requerimento e já solicitar àqueles que desejarem, sexta-feira, especialmente os deputados de Curitiba e que têm

base nesta região aqui, que possam, sexta-feira, às quinze horas, estar na Associação Comercial e sejam indicados na Sessão de amanhã para a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência vai colocar em votação o requerimento dos deputados Algaci Tulio e Marcos Isfer.

Requerimento nº 3527, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, somente para comunicar a todos os deputados que abriremos o prazo para apresentação de Emendas no Orçamento do ano 2002 a partir do dia 29, próxima segunda-feira. Acredito que todos os deputados já devam ter recebido os avulsos nos seus gabinetes, do Orçamento de 2002.

Então, quero comunicar, e comunicarei depois a todos os parlamentares, por escrito, que será aberto o prazo a partir do dia 29, segunda-feira, para apresentação das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Nada mais havendo a tratar...

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, mais uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Questão de ordem do deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Acabo de receber um comunicado de que o juiz José Roberto já teria suspenso o contrato de vigência entre a Tradener e a Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 204, 236, 306, 386, 391, 405, 417, 424, 425 e 436/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 060 e 099/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Marcos Isfer e Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 265/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 501/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 327/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, convertendo a matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 438/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, lido pelo deputado Duílio Genari. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 125/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira, lido pelo deputado Duílio Genari. APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 381/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer do deputado Caíto Quintana convertendo a matéria em diligência junto à Secretaria da Fazenda - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 356/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer do deputado Caíto Quintana convertendo a matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação. DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Concedido vistas ao deputado Caíto Quintana; 13) Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado

Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda nº 02 e contrário à emenda nº 01 de Plenário - APROVADO, com voto contrário do deputado Plauto Miró Guimarães; 16) Projeto de Lei nº 349/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 100/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermas Fonseca - REJEITADO. O senhor presidente designará novo relator; 19) Projeto de Lei nº 133/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO, com voto contrário dos deputados Orlando Pes-

suti, José Maria Ferreira e Duílio Genari; 20) Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 431/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Concedido vistas ao deputado Hermas Fonseca; 22) Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Concedido vistas ao deputado Caíto Quintana; 23) Projeto de Lei nº 434/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária